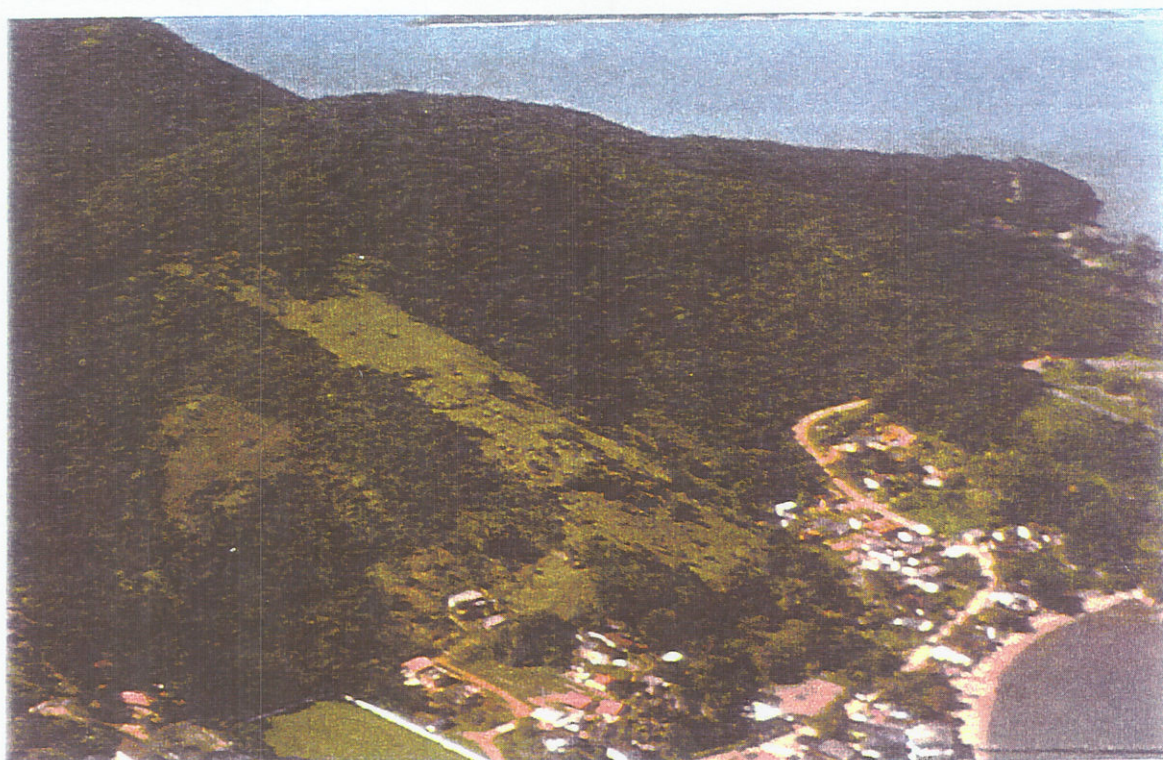
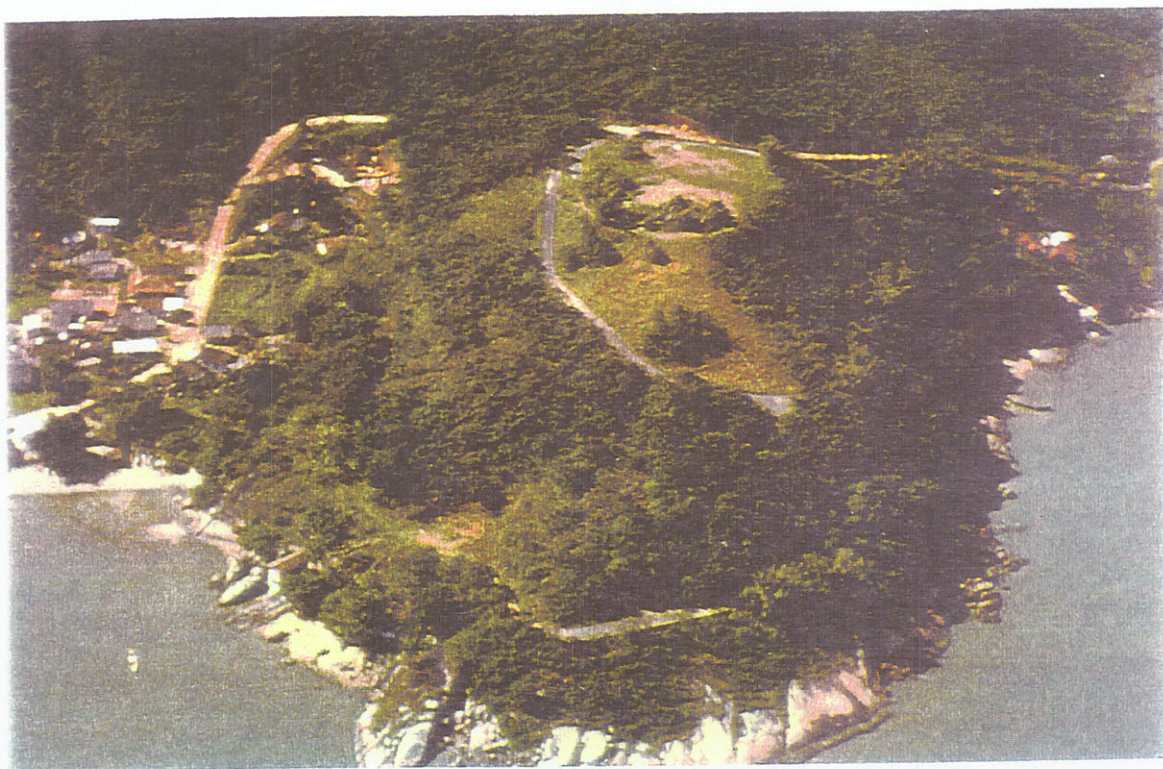




VISTA DO LOCAL COM AÇÃO ANTRÓPICA E
DESCARACTERIZAÇÃO DA VEGETAÇÃO

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Na praia adjacente à propriedade está construída uma residência que conta com uma rampa para pequenas embarcações construída em concreto (foto MF - 28).

Em síntese, podemos afirmar que a **AII** apresenta um estado de **degradação** que oferece riscos a saúde humana fazendo-se necessário efetuar trabalhos para recuperação ambiental da praia, dos rios, implantar estruturas de saneamento básico, procurar solução para os resíduos sólidos urbanos e implantar obras para facilitar o escoamento das águas pluviais.

6.1.2. Meio Biótico

6.1.2.1. Vegetação

Metodologia

A caracterização dos ecossistemas naturais situados nas áreas de influência do empreendimento, compreendem, basicamente, levantamento bibliográfico, coleta de dados junto a órgãos públicos como a FATMA, IBGE, CASAN, UFSC, IPUF, Projeto LARUS e outros, fotografias aéreas de pequeno formato, bem como, nos dados de levantamentos de campo com coletas, identificação e mapeamento da situação atual dos diversos ecossistemas, no período compreendido entre 06/06/98 a 31/07/98.

Para esta caracterização foram considerados os grupos biológicos de maior relevância na manutenção do equilíbrio ecológico nas áreas remanescentes visando a determinação dos possíveis impactos gerados a partir da implantação do empreendimento.

Na descrição da vegetação adotou-se o Sistema de Classificação Fitogeográfica utilizado pelo IBGE/PMF, 1992, o qual foi desenvolvido pela Divisão de Vegetação do Projeto RADAM Brasil (1986) e os Mapa de vegetação anexo ao trabalho Estudos Ambientais da Grande Florianópolis (Síntese Temática Vegetação) e o CD Cobertura Vegetal do Estado de Santa Catarina.

Características das Regiões Fitoecológicas

Atualmente as regiões fitoecológicas encontram-se descaracterizadas pela intensa ocupação humana, quer pela exploração descontrolada das florestas para a extração de madeiras, quer pela formação de pastagens para criação extensiva de gado e ocupação agrícola, através do incremento da agricultura de subsistência, em pequenas propriedades.

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Região da Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica).

A Floresta Pluvial da Encosta Atlântica, estende-se desde o Estado do Rio Grande do Norte até o nordeste do Rio Grande do Sul.

Originalmente o Leste de Santa Catarina se constituía de **Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica)**. Situada entre o Planalto e o oceano, cobrindo maciços cristalinos antigos, de alta declividade e parte das Planícies Cenozóicas do litoral bem como revestindo áreas do Pré-Cambriano, em contato com as formações litorâneas, constituída na sua maior parte por árvores perenifoliadas de 20 a 30m de altura, com os brotos foliosos sem proteção a seca. Sua área é formada por planícies litorâneas e principalmente por encostas íngremes da serra do mar e geral, formando vales profundos e estreitos, elevada densidade e extraordinária heterogeneidade, quanto as espécies de árvores altas, médias e arbustos, bem como um elevado número de epífitas e lianas lenhosas.

Segundo Veloso e Klein (1968) esta região apresenta uma Floresta bem desenvolvida, formada por macrofanerófitas, providas de largas e densas copas, constituindo densa cobertura arbórea, originando desta forma um microclima do interior bastante uniforme.

Na área da Grande Florianópolis, a **Região da Floresta Ombrófila Densa** apresenta-se dividida em 5 (cinco) formações, determinadas principalmente por limites altimétricos: **Floresta Aluvial (ao longo dos cursos d'água)**, **Floresta das Terras Baixas**, **Floresta Submontana**, **Floresta Montana**, **Floresta Alto-Montana**.

Além da Floresta Ombrófila Densa, outrora a área de influência indireta do empreendimento era representada pela Vegetação Pioneira de Influência Flúvio Marinha e Marinha (Mangue e Restinga).

Na descrição da vegetação da AII, iniciar-se-á pela faixa litorânea representada originalmente pela vegetação Pioneira de Influência Flúvio Marinha e Marinha (Mangue e Restinga), hoje praticamente inexistentes na área estudada.

Vegetação Pioneira de Influência Flúvio Marinha e Marinha (Mangue e restinga).

Se constitui de agrupamentos e associações vegetais direta ou indiretamente influenciadas pelo mar, predominando herbáceas e arbustivas.

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Formações vegetais edáfico, estes grupos são muito típicos de acordo com os diferentes habitats, que podem ser agrupados nos seguintes: vasosos, arenosos, rochosos e lagunares.

Por se desenvolver em diversos ambientes, a vegetação pioneira foi dividida pelo Projeto RADAMBRASIL, nos seguintes formações: (influência marinha (Restinga), influência marinha (Herbácea), influência flúvio-marinha Arbórea (Mangue) e Influência Fluvial Herbácea sem Palmeira.

Na faixa litorânea encontram-se agrupamentos vegetais, estabelecidos nos diversos ambientes anteriormente citados, refletindo cada uma delas as diferentes condições ecológicas.

Destas destacam-se pela extensão que ocupam e pela influência que exercem sobre a paisagem, as formações vegetais típicas de solos arenosos e vasosos. Nos primeiros desenvolvem-se a vegetação de praia, de dunas e restingas e nos segundos o mangue, (Caruso, 1983).

Como **formações florestais dos solos arenosos**, podem ser encontradas as praias, as dunas móveis e as dunas fixas, bem como, os terrenos mais baixos, já fixados e mais compactos.

Praias

A vegetação de praia é encontrada ocupando a faixa logo após a zona das marés, constituída por elementos pioneiros: as plantas psamófitas-halófitas, seguida de plantas psamófitas, a medida que se avança para o interior. As primeiras estão sujeitas a ação da salinidade e às ondas do mar; as segundas à intensa exposição solar, a seca e a pobreza dos solos arenosos.

Na praia ou "**formação psamófila**", temos como espécies característica a salsa-da-praia ou batateira-da-praia (*Ipomoea pescaprae ssp brasiliensis*), a acariçoba ou corcel (*Hydrocotyle bonariensis*), a grama-da-praia (*Paspalum vaginatum*), o capotiraguá (*Phyloxerus portulacoides*), o marmeleiro-da-praia ou rabo-de-mico-da-praia (*Dalbergia ecastophyllum*), a comandaíba ou feijão-da-praia (*Sophora tomentosa*) e o feijão-de-boi ou fava-de-rama (*Canavalia obtusifolia*). A função principal deste tipo de vegetação é a fixação das dunas.

Dunas

Além da zona da praia, fora da área das marés, iniciam-se os cômodos de areia, os quais podem formar as dunas que tanto podem ser móveis semi-fixas ou fixas.

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Nas dunas semi-fixas dominam em geral, a aroeira vermelha (*Schinus terebinthifolius*) e o pau de bugre ou aroeira (*Lithraea brasiliensis*), acompanhados pela capororoca (*Rapanea parvifolia*) a maria-mole (*Guapira opposita*), o guamirim (*Gomidesia palustri*), a caúna (*Ilex dumosa*), a carne-de-vaca (*Psychotria alba*), o butiazeiro (*Butiá capitata* var. *odorata*), bem como a vassoura-vermelha ou vassourão (*Dononaea viscosa*), as vezes bastante frequente, sobretudo em locais onde ocorreu uma devastação da vegetação original, formando vegetação arbustiva, muitas vezes bastante densa, que normalmente apresenta uma altura de 2 a 3m.

Os terrenos arenosos menos ondulados e mais firmes são predominantemente ocupados pelos guamirins (*Eugênia catharinae*, *E umbeliflora* e *Gomidesia palustris*) e o cambuí (*Myrcia multiflora* var. *glaucescens*), formando agrupamentos arbustivos, por vezes, também muito densos.

Restingas

Podem encontrar-se dunas totalmente cobertas por uma vegetação que é conhecida como "vegetação de restinga".

A vegetação desta zona é característica da zona de transição, pode constituir-se tanto por espécies comuns das dunas móveis e semi-fixas, bem como da floresta limítrofe, constituindo-se portanto, de espécies arbustivas e arbóreas. No leste de Santa Catarina predominam as espécies arbustivas. Portanto, nos locais onde o solo é mais rico em matéria orgânica (húmus), encontram-se pequenas árvores, cujos agrupamentos apresentam aspecto de vegetação mesófila e até higrófila, destacando-se as bromeliáceas, as aráceas.

Nos solos rochosos são frequentes o mangue-de-formiga (*Clusia criuva*), a figueira-mata-pau (*Coussapae schottii*), a arumbera (*Opuntia arechavaletai*) e o mandacaru (*Cereus peruvianus*), além de bromeliáceas rupículas dos gêneros *Dyckia* e *Aechmea*.

Mangues

Assim, no ambiente **vasoso**, encontrado principalmente nas baías, reenâncias do mar e desembocaduras dos riachos e rios, desenvolve-se a associação chamada "**Formação do Manguezal**" em que predominam espécies arbustivas e pequenas árvores como a siriúba (*Avicennia schaueriana*), que desempenha papel preponderante, dominando fitofisionomicamente em diversas áreas do litoral de Santa Catarina, sobretudo nas ilhas de Santa Catarina e de São Francisco do Sul. Por se

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

tratar de ambiente muito adverso, poucas são as espécies que formam essas associações.

As principais espécies descritas são o sapateiro ou mangue branco (*Laguncularia racemosa*), o mangue vermelho ou mangue charuto (*Rhizophora mangle*) e os capins praturás (*Spartina densiflora* e *S. alterniflora*), muitas vezes acompanhadas pelo algodoeiro-da-praia (*Hibiscus siliaceus* var. *fernaambucensis*) e a samambaia-do-mangue (*Acrostichum danaeifolium*), que imprimem um aspecto próprio e muito característico a estes grupamentos halófitos e lodosos, tão frequentes ao longo do litoral. Por outro lado, estas se encontram distribuídas, formando zonas. Segundo Romaris, a distribuições das espécies por faixas definidas, é resultado dos diversos graus de adaptações à natureza dos solos, à duração e ao grau de submersão, ao grau de tolerância das espécies em relação aos diferentes teores de salinidade e de suas variações (Caruso, 1983).

Floresta das Terras Baixas.

Estas formações abrangem as florestas das planícies quaternárias costeiras de origem fluvial ou flúvio-marinha, situadas em altitudes desde o nível do mar até aproximadamente 30m.

Neste caso, trata-se de floresta pouco desenvolvida e pouco densa, onde predomina, ora o olandi (*Calophyllum brasiliense*) associado com a figueira-do-mato (*Ficus organensis*) sobretudo em área brejosa, ora a cupiúra (*Tapirira guianensis*) associada com a canela garuva (*Nectandra rigida*) em locais de melhor drenagem. Araçazeiro (*Marlieria parviflora*), olandi (*Calophyllum brasiliense*), maria-mole (*Guapira opposita*).

Nas planícies úmidas, mais ao Sudeste do Estado de Santa Catarina, predomina a figueira-do-mato (*Ficus organensis*) o Ipê-amarelo (*Tabebuia umbellata*) pelo jerivá (*Arecastrum romanzoffianum*) e pelos guamirins (*Myrcia glabra* e *M. dichrophylla*).

Floresta Ombrófila Densa Aluvial

Esta vegetação ocorre em sedimentos recentes do Quaternário, ao longo do Rio Tijucas e do Braço. As espécies que melhor representam esta formação vegetal é a figueira-de-folha-miúda (*Ficus organensis*), tanheiro (*Alchornea triplinervia*), guacá-de-leite (*Pouteria venosa*), e palmitreiro (*Euterpe edulis*).

Floresta Ombrófila Densa Submontana

São formações vegetais que recobrem áreas do Pré-Cambriano, em altitudes que vão de 30 a 400m acima do nível do mar, predominantemente nos solos: Cambissolos e Podzólicos. Constitui-se de árvores de grande porte cobertas por orquídeas, bromélias e lianas. Nas poucas manchas destas formações encontram-se a canela-preta (*Ocotea catharinensis*) associada às espécies: caxeta ou aguai (*Chrysophyllum viride*), laranja-do-mato (*Sloanea lasiocoma*), licurana (*Hieronyma alchorneoides*) e principalmente o palmito (*Euterpe edulis*).

Floresta Ombrófila Densa Montana

Recobrem áreas de Cambissolos e ocorre em altitudes que vão de 400 a 1000m acima do nível do mar. Os remanescentes florestais encontra-se nas áreas onde o relevo se apresenta mais dissecado, causando dificuldade de desmatamento. De composição florística bastante diversificada, encontram-se as como principais espécies a canela-preta (*Ocotea catharinensis*), pau-óleo (*Copaifera trapezifolia*), canela-fogo (*Chryptocarya aschersoniana*), palmito (*Euterpe edulis*) e muitas mirtáceas caracterizando seu estrato médio (gêneros: *Eugenia*, *Myrceugenia*).

Floresta Ombrófila Densa Alto-Montana

Também denominada "Matinha Nebular" (Rambo, 1949). Ocorre na borda da Serra Geral, em altitudes acima de 1000m. Destacam-se as seguintes espécies: caúna (*Ilex microdonta*), cambuís (*Siphoneugena reitzii*), bracinga (*Mimosa scabrella*), casca d'anta (*Drymis brasiliensis*) e outras. Sob estas árvores desenvolve-se touceiras de cará-mimoso (*Chusquea ramosissima*) que lhe dá uma fisionomia distinta.

Os afloramentos rochosos reduzem a ocorrência de vegetação arbórea, a qual é substituída por uma vegetação arbustiva ou herbácea graminóide, também chamada de vegetação rupestre, diferente da vegetação dominante da região ecológica, é considerada como um "refúgio ecológico".

Situação atual da cobertura vegetal na área de influência indireta (AII).

Segundo estudo do mapa de vegetação do Estado de Santa Catarina, existe apenas 14% da cobertura florística original, porém para a Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica) este valor aumenta para aproximadamente 30%, os quais encontra-se em áreas (ingremes, de alta declividade), portanto de difícil acesso, mesmo assim já despojadas das principais espécies de valor econômico.

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Devido à intensa ocupação humana do litoral, as matas das planícies quaternárias foram retiradas e seus terrenos ocupados, restando apenas alguns talhões isolados e bastante alterados.

As poucas áreas de mangues que circundavam os riachos, como é o caso da praia da caieira do norte, foram praticamente destruídos por aterros.

A ocupação humana descaracterizou completamente a vegetação através da ocupação pela agricultura cíclica, pastagens e pequenos reflorestamentos com eucaliptos (*Eucalyptus spp*), bem como o aparecimento da vegetação secundária em vários estágios de regeneração natural (Capoeirinha, capoeira e capoeirão). As espécies mais encontradas nestas áreas são: pau-jacaré (*Piptadenia rigida*), caxeta (*Psychotria longipes*), mangue-formiga (*Clusia criuva*), maria-mole (*Guapira opposita*), tanheiro (*Alchornea triplinervia*) e uma expressiva ocorrência de guapuruvú (*Schizolobium parahyba*), espécie que caracteriza a transição do capoeirão para a floresta secundária.

6.1.3. Meio Sócio-Econômico

6.1.3.1. Introdução

Para o estudo da sócio economia a nível de diagnóstico na Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento, foram considerados os municípios de Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Florianópolis.

Neste segmento estão sendo considerados o levantamento de dados populacionais, transporte, energia, água e saneamento, infra-estrutura de saúde e educação, atividades econômicas a nível industrial, agropecuária e serviços, do patrimônio histórico/cultural, arqueológico e ambiental, e sobre áreas indígenas.

6.1.3.2. Transportes

Os municípios que compõem a Área de Influência Indireta, conforme acima descrito tem a espinha dorsal de seu sistema de transportes fundada na BR-101, rodovia longitudinal, na direção norte-sul e que os serve plenamente.

Ressalta-se ainda que a BR-282, possibilita a ligação da costa atlântica (Grande Florianópolis) com o Oeste catarinense, fazendo conexão com a BR-116, a mais importante rodovia do Brasil Meridional, já que interliga as capitais do Sul Porto Alegre e Curitiba a São Paulo e Rio de Janeiro,

possibilitando o escoamento da maior parte da produção agropecuária e industrial do Sul do Brasil.

No município de Governador Celso Ramos, a ligação dessa cidade com a BR-101 é feita através da rodovia estadual SC-410.

Destarte, relembra-se que com a conclusão dos trabalhos de duplicação da BR-101, o deslocamento dessa população será facilitada, trazendo benefícios vários.

6.1.3.3. Energia Elétrica

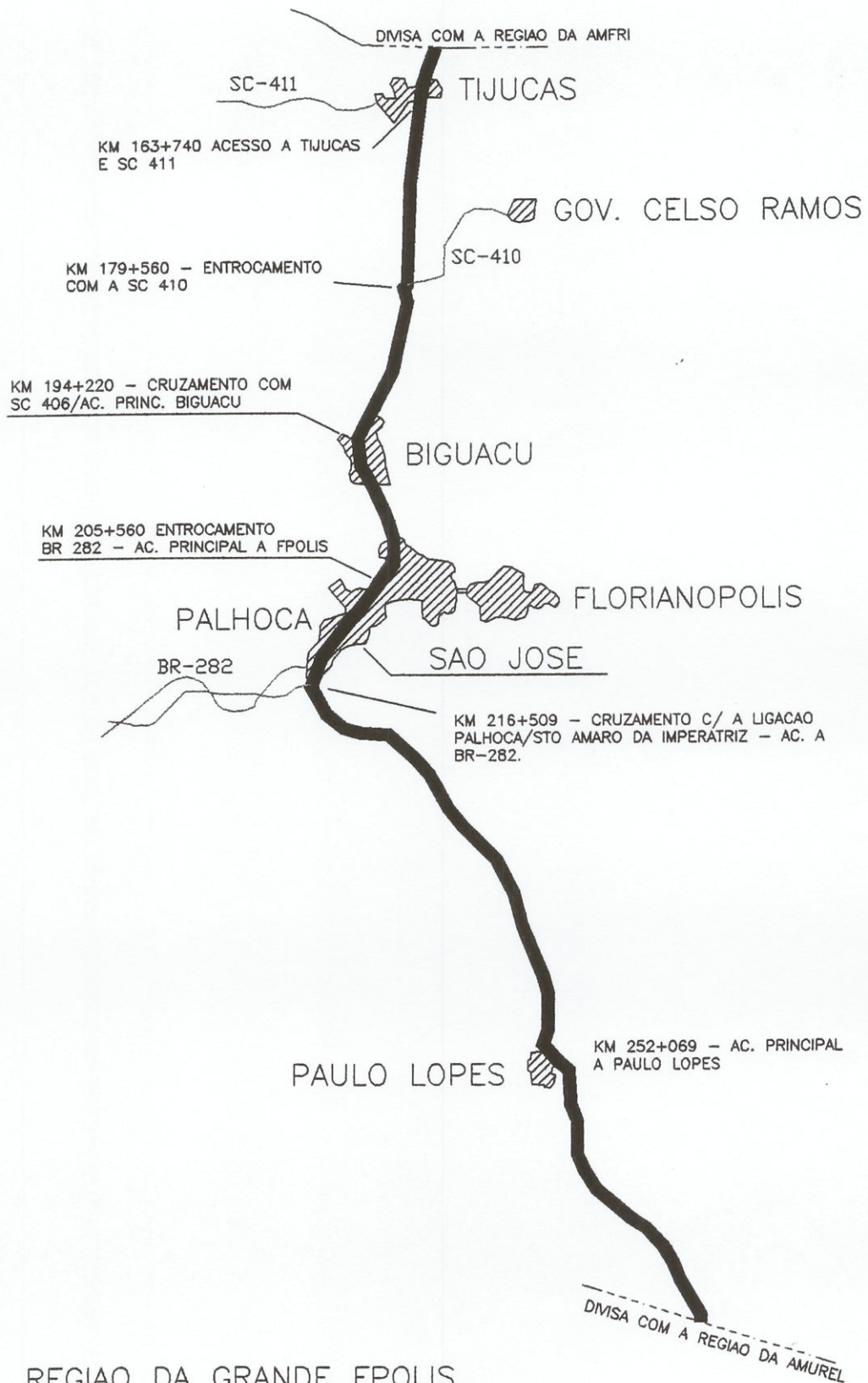
A Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento é suprida com energia elétrica através de sistemas de transmissão e distribuição, envolvendo respectivamente ELETROSUL e CELESC.

O sistema de transmissão em grosso que abastece a região da Grande Florianópolis, parte com energia gerada no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, situado no município de Capivari de Baixo – SC, sendo na sequência transportada através das linhas de transmissão Jorge Lacerda-Palhoça (138kV) e Jorge Lacerda-Blumenau (230 kV circuito duplo), ambas com seccionamento e derivação para a Subestação Palhoça da ELETROSUL que promove o rebaixamento de tensão para distribuição por parte da CELESC.

O sistema de distribuição que abastece a Grande Florianópolis é de responsabilidade da CELESC, jurisdicionalmente através de sua 1ª Região com sede na Capital do Estado. É composto por linhas de distribuição em 13,8 kV e 230 kV, sendo alimentadas pelas seguintes subestações:

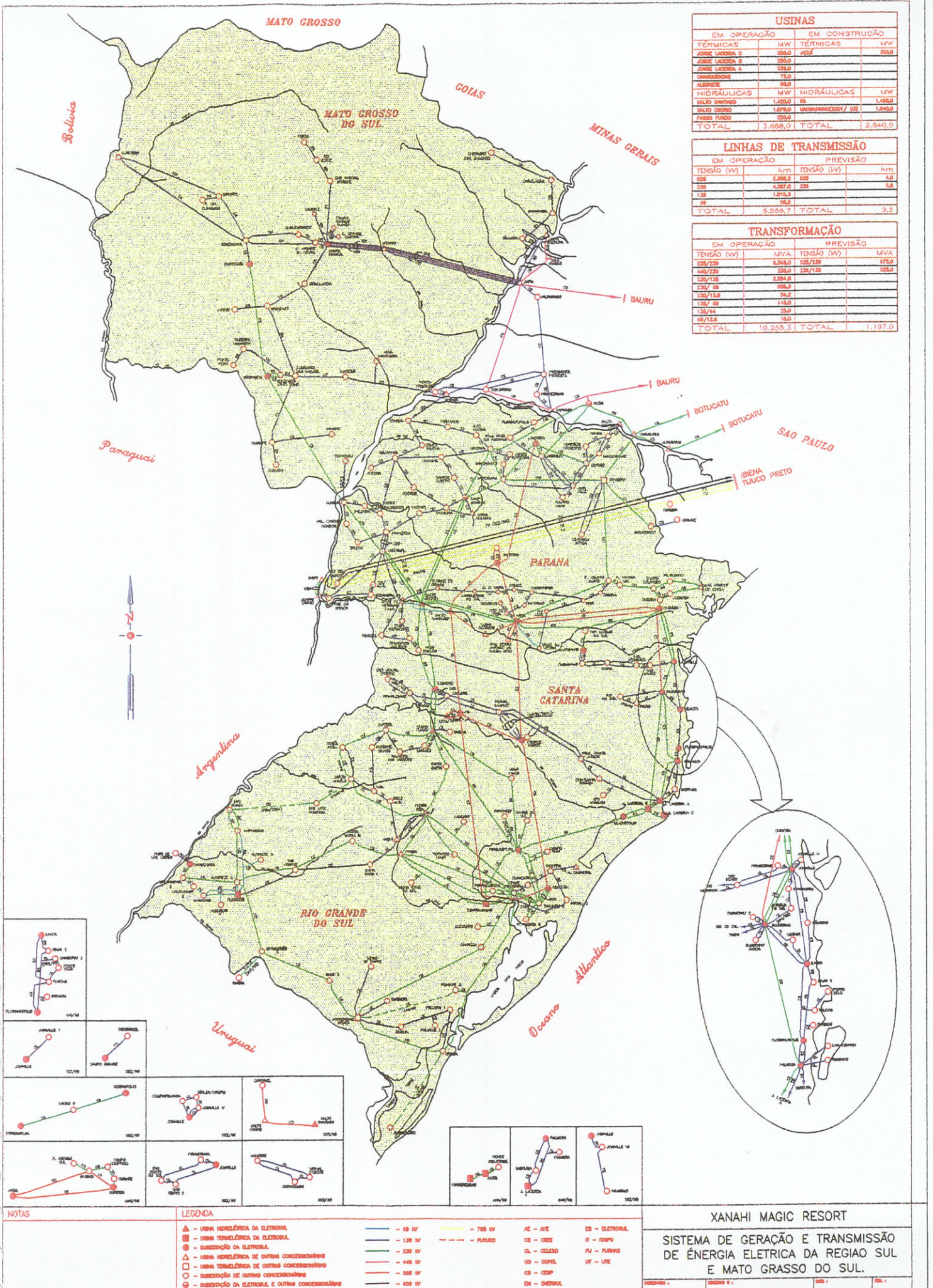
Subestação	Potência Instalada	Localização
SE Coqueiros	62,5 MVA	Av. Ivo Silveira
SE Ilha Centro	66,6 MVA	Av. Beira Mar
SE Ilha Norte	53,2 MVA	Trevo de Ingleses
SE Trindade	53,3 MVA	Córrego Grande
SE Roçado	62,8 MVA	Roçado
SE Palhoça	53,2 MVA	Palhoça – Trevo de Sto Amaro
SE Porto Belo	26,6 MVA	Porto Belo
SE Biguaçu	16,6 MVA	Biguaçu

Fonte: CELESC – 1ª Região



REGIAO DA GRANDE FPOLIS
MAPA ESQUEMATICO DA BR 101

FONTE: D.N.E.R. - 1993



XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

De outra parte, no quadro abaixo pode-se observar os dados referentes a consumo mensal de energia elétrica e número de medidores por município:

Município	N.º Medidores	Consumo/Mês (KWH)
Governador Celso Ramos	4.511	994.317
Biguaçu	12.299	5.588.99
São José	50.400	16.718
Florianópolis	137.100	59.528.896

Fonte: CELESC – 1ª Região

6.1.3.4. Abastecimento de Água e Saneamento

O abastecimento de água para Florianópolis, São José, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e Biguaçu é operado pela CASAN – Companhia de Águas e Saneamento S/A, enquanto que para o município de Governador Celso Ramos este serviço é desenvolvido pelo SAMAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, em convênio com a Prefeitura local.

O sistema de abastecimento de água da região de Florianópolis conta com um único principal sistema produtor, constituído pela exploração dos dois importantes mananciais da região, rios Vargem do Braço e Cubatão.

Captação no Rio Vargem do Braço

A captação é feita por meio de uma barragem de elevação de nível no Rio Vargem do Braço na localidade denominada de Cachoeira dos Pilões, no município de Santo Amaro da Imperatriz.

O Rio Vargem do Braço nasce nas encostas da Serra do Mar e é afluente do Rio Cubatão.

Apresenta em relação ao local de captação uma bacia hidrográfica contribuinte igual a 135 km².

A barragem, construída em concreto ciclópico e alvenaria de pedras, possui um comprimento total de 63 m. Seu vertedor, tem uma extensão de 40,1 m.

O corpo vertedor é em concreto ciclópico e as ombreiras da barragem são em alvenaria de pedra.

O corpo do vertedor possui uma base com largura igual a 2 m e altura de 1,4 m e uma altura de água igual a 1,18m.



SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA DA GRANDE FLORIANOPOLIS

- RESERVATORIOS
- △ ESTACOES ELEVATORIAS POCOS
- ADUTORAS
- SUB ADUTORAS
- ESTACOES TRATAMENTOS
- LOCALIDADES

SITUACAO S/ ESCALA

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

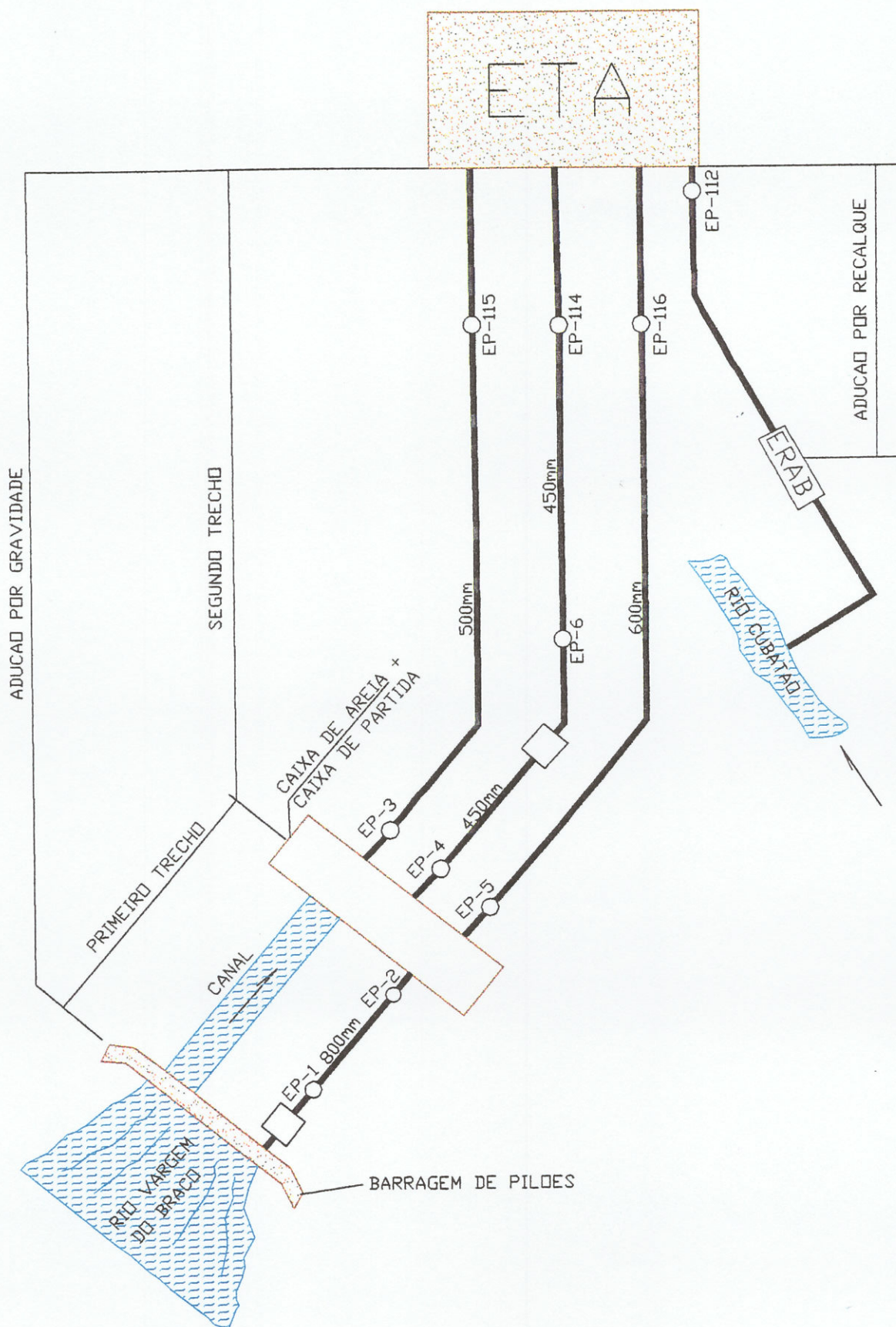
O vertedor possui em perfil aproximado do tipo creager.

Captação e Recalque do Rio Cubatão

A exploração do Rio Cubatão é praticamente parte integrante da ETA, já que o mesmo passou a reforçar a abastecimento do sistema, tendo em vista seu porte e a necessidade de um maior quantitativo de águas que aquele disponível na captação do Rio Vargem Braço.

Foram previstas as seguintes retiradas de águas do Rio Cubatão:

- 91 O l/s em primeira etapa, previstas para o período de 1.984 a 1.990;
- 1.585 l/s para a segunda etapa, entre os anos de 1.991 a 1.997; e
- 3.500 l/s para a etapa final cujo horizonte de projeto é o ano de 2005.



ESQUEMA DE ADUÇÃO DE AGUA BRUTA E
ESTACOES PITOMETRICAS (EP) EXISTENTES
S.A.A. DE FLORIANOPOLIS.

SITUACAO S/ESCALA

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Quanto à capacidade de reservação, o sistema possui uma capacidade de 26.535 m³, conforme pode-se observar no quadro abaixo:

LOCAL	SIGLA	VOL. EXISTENTE (M3)
Santo Amaro da Imperatriz	RSA	300
Palhoça	REP (I)	200
	R-PN (2)	2.500
TOTAL		2.700
São José	RSJZA	1.000
	RNSJ	1.000
	RSJZB	500
	Barreiros (R-4)	900
TOTAL		3.400
Biguaçu	Biguaçu	2.500
		500
TOTAL		3.000
Florianópolis (Continente)	R-2	2.000
	R-3	1.715
	R-4 (3)	3.630
TOTAL		7.345
Florianópolis (Ilha)	R-1	2.000
	R-5	1.450
	R-8	200
	R-7	2.500
	R-6	1.940
	R-9	5.000
	Sul Brasil	200
	R-0	3.00
TOTAL		13.290
TOTAL GERAL		26.535

Rede de Distribuição

O sistema de distribuição existente contra conta 1.118.523 metros de rede em julho 1996. A extensão de rede por município é mostrada abaixo:

EXTENSÃO DE REDES DISTRIBUIDORAS EXISTENTES

Município	EXTENSÃO(m)
Florianópolis	501.566
São José	284.071
Palhoça	181.254
Biguaçu	104.086
Santo Amaro da Imperatriz	47.546
TOTAL	1.118.523

No município de Governador Celso Ramos, o sistema de captação, tratamento e distribuição para abastecimento de água é de responsabilidade do SAMAE – Serviço Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto, mediante convênio com a Prefeitura local.

Conforme dados obtidos junto ao escritório do SAMAE naquela cidade, tem-se que o sistema conta com 3.900 ligações de água, abastecendo, aproximadamente 10.000 habitantes (95% da população do município).

É composto ainda por 13(treze) sub-sistemas de captação e distribuição, conforme relação abaixo e respectivas localidades atendidas.

Toda a água captada é proveniente de nascentes locais situadas em mata virgem o que garante uma boa qualidade da água, necessitando apenas de pequeno represamento, antes da distribuição para consumo. Exceção é feita para o sistema de abastecimento de Palmas a qual passa por processo de mistura química, filtragem e reservação, antes da distribuição para consumo.

Os sistemas que atendem os consumidores do município estão descritos conforme segue:

- Caieira do Norte
- Palmas
- Armação da Piedade
- Jordão
- Areias de Baixo
- Areias do Meio
- Costeira
- Ganchos do Meio (Sede)
- Calheiros
- Canto dos Ganchos
- Ganchos de Fora
- Dona Lucinda
- Reservatório da Fazenda (Auxília ao Canto dos Ganchos)

6.1.3.5.Demografia

A Área de Influência Indireta (AII) possuía em 1991, uma população de 437.916 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico, significando cerca de 9,6% da população global do Estado de Santa Catarina, conforme quadro abaixo.

POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL 1980 e 1991

Municípios	População					
	Total		Urbana		Rural	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Governador Celso Ramos	7.812	9.630	4.325	7.471	3.487	2.159
Biguaçu	21.434	34.027	16.101	28.215	5.333	5.812
São José	87.817	139.318	79.200	128.203	8.617	11.115
Florianópolis	187.871	254.941	187.871	254.941	187.871	254.941
Área de Influência Indireta	304.934	437.916	304.934	437.916	304.934	437.916

Fonte: Anuário Estatístico de Santa Catarina –1995.

6.1.3.6. Infra-Estrutura de Saúde

Assistência Hospitalar – Aspectos Gerais

A assistência hospitalar no Estado de Santa Catarina se integra à política de saúde preconizada pelo SUS e tem seu funcionamento coordenado pela ação da SES e municípios, seguindo as diretrizes do Ministério da Saúde, com supervisão conjunta a toda a rede hospitalar instalada, bem como na sua expansão. A primeira e principal função do hospital é, inegavelmente, a da prestação de serviços e diagnósticos e tratamento para os que necessitam de assistência médica e cuidados constantes de enfermagem. Sem dúvida, outras funções são de competência dos hospitais como:

- Realizar e participar de atividades de prevenção à saúde, colaborando com a comunidade em Programas de Saúde Pública.
- Servir de ensino e treinamento para as áreas de saúde, além de promover a pesquisa científica.
- Promover e participar de Programas de reabilitação, Social e Profissional.

Segundo dados do “**Plano Estadual de Saúde**” de 1994, elaborado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretária de Saúde, os municípios que compõem a Área de Influência Indireta (AII), dispõem de 27 unidades hospitalares, o que corresponde a 12% do total do Estado que conta com 224 estabelecimentos hospitalares.

O quadro a seguir apresenta a quantidade de hospitais federais, estaduais e municipais e da rede privada, existentes nos municípios que compõem a Área de Influência Indireta (AII), incluindo-se o mesmo de leitos existentes, bem como dentre estes, aqueles credenciados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Município	Nome	PROPRIEDADE							LEITOS	
		Privada	FEDERAL		ESTADUAL			Municipal	Existentes	SUS
			Própria	Estadualizada	Própria	Terceirizado	Municipalizado			
Biguaçu	Unidade Mista de Saúde						X		14	14
Florianópolis	Hosp. Gov. Celso Ramos				X				196	196
	Hosp. Inf. Joana de Gusmão				X				155	155
	Maternidade Carmela Dutra				X				92	87
	Hospital Nereu Ramos				X				66	58
	Hosp. C. B. Jesus dos Passos	X							191	126
	Maternidade Carlos Correa	X							60	-
	Hospital de Florianópolis			X					76	76
	Hosp. Comand. Lara Ribas				X				34	-
	Hospital da Guarnição		X						64	-
	Hospital Universitário		X						145	145
	Casa de Saúde São Sebastião	X							41	30
	Otoclínica	X							20	15
São José	Hosp. Reg. Homero M. Gomes				X				210	170
	Instituto de Cardiologia				X				66	47
	Instituto Psiquiátrico S. José	X							210	170
	Hosp. Colônia Santana				X				840	840
	Hosp. Sta. Tereza de Derm. San.				X				154	154
Total AII		12	2	1	9		2	1	2.634	2.371
Total Santa Catarina		174	2	1	12	7	8	20	16.915	13.830

A quadro abaixo apresenta ainda a taxa de leitos existentes por 1.000 habitantes para cada município que integra a Área de Influência Indireta (AII), bem como dados comparativos com a taxa a nível estadual.

Neste caso, constata-se que o conjunto da Área de Influência Indireta (AII) possui uma taxa média de 6,02 leitos por 1.000 habitantes, índice esse bem maior que aquele recomendado pela Secretaria de Estado da Saúde que é de 2,32 leitos por 1.000 habitantes, e ainda bem superior à média do Estado de Santa Catarina que é de 3,75 leitos por 1.000 habitantes. No entanto acontece que, apesar desses índices, constata-se que a capacidade instalada de leitos não está distribuída de forma equilibrada, visto que há municípios que não dispõem desta condição.

Município	População	Unidades Hospitalares	Total de Leitos	N.º de Leitos / 1.000 habitantes
Governador Celso Ramos	9.630	-	-	-
Biguaçu	34.027	01	14	0,41
São José	139.318	05	1.480	10,64
Florianópolis	254.941	21	1.154	4,54
Total AII	437.916	27	2.634	6,02
Total Santa Catarina	4.504.000	224	16.915	3,75

Fonte: Anuário Estatístico de Santa Catarina – 1994

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

O quadro na sequência mostra a situação da rede física ambulatorial existente ao nível de abrangência da Área de Influência Indireta (AII), bem como do Estado de Santa Catarina; dados esses distribuídos entre Postos de Saúde, Centros de Saúde, Consultórios Médicos, Equipamentos Odontológicos, Laboratórios de Patologia Clínica, e outros que prestam atendimento médico/ambulatorial.

Município	Unidades Saúde Rede Pública			N.º Consultórios Médico		N.º Equipamentos Odontológicos		Laboratório Patologia Clínica		Sindi	Outros	
	PS	CS	PAM	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado		Público	Privado
Governador Celso Ramos	-	6	-	7	2	2	2	1	-	2	-	-
Biguaçu	-	7	-	12	-	4	-	1	-	-	3	-
São José	-	10	1	32	10	18	1	3	2	-	1	3
Florianópolis	10	40	2	133	135	80	24	7	16	7	10	3
Total AII	10	63	3	184	147	104	27	12	18	9	14	6

6.1.3.7.A Agropecuária

Este segmento da economia reverte-se de significativa importância, pois que além da produção agropecuária em si, permite a agregação de mão-de-obra, ao tempo que segura o trabalhador no campo.

SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

Municípios	N.º de Estabelecimentos	Agricultura (ha)	%	Pecuária (ha)	%	Silvicultura (ha)	%	Extração Vegetal (ha)	%	Outros (ha)	%	Total (ha)
Gov. Celso Ramos	127	814	19	3.370	78	34	0,7	13	-	63	1,4	4.294
Biguaçu	983	10.730	48	8.629	39	644	2,9	1.132	5,1	917	4,1	22.052
São José	471	6.725	53	4.512	40	-	-	138	1,0	1.184	9,4	12.559
Florianópolis	274	953	16	3.590	60	1.174	19,7	-	-	223	3,7	5.940
AII	1.431	19.222	42,8	20.101	44,8	1.852	4,1	1.283	2,8	2.387	5,3	44.845
Santa Catarina	234.973	2.876.779	38,7	3.060.061	41,3	613.192	8,3	450.452	6,0	417.030	5,6	7.419.543

Obs.: A coluna "Outros", corresponde ao somatório das classes de atividades agropecuária tais como: horticultura, floricultura, avicultura, apicultura e cunicultura.

Fonte: Censo Agropecuário - 1985 (IBGE).

Pelos dados expostos no Quadro acima, podemos constatar que os municípios da Área de Influência Indireta (AII) possuem uma heterogeneidade na taxa de ocupação das terras, notadamente quanto às atividades de agricultura e pecuária. Ressalta-se apenas um razoável equilíbrio nestes segmentos da produção para os municípios de Biguaçu e São José que apresentam para a agricultura e pecuária repartições de terras da ordem de 48% e 39% para o primeiro e de 53% e 40% para o segundo.

Já as disparidades maiores ficam por conta de Governador Celso Ramos e Florianópolis, os quais apresentam para o primeiro 19% para agricultura e 78% para a pecuária; enquanto que, para o segundo município os resultados são, pela ordem, de 16% e 60% respectivamente.

Detalhe importante é destacar o município de Florianópolis com uma taxa de ocupação de suas terras da ordem de 19,7% com silvicultura.

Finalmente podemos relatar que ao nível do conjunto da Área de Influência Indireta (AII), os percentuais de ocupação das terras com agricultura e pecuária são levemente superiores à média do Estado.

ESTRUTURA DA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA, UTILIZAÇÃO DAS TERRAS COM MATAS E FLORESTAS

MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA (AII)

Municípios	Matas e Florestas	
	Naturais (ha)	Plantadas (ha)
Governador Celso Ramos	580	64
Biguaçu	5.588	823
São José	3.050	140
Florianópolis	1.063	756
AII	10.281	1.603
Santa Catarina	1.345.439	564.022

Fonte: Censo Agropecuário, 1985 – IBGE

Dos dados acima expostos, vemos que quanto à área de matas e florestas a Área de Influência Indireta (AII) relativamente ao total do Estado, contribui com 0,8% para a parte natural e de 0,3% para a parte plantada.

Podemos observar ainda que pela ordem, os municípios de Biguaçu, São José e Florianópolis ainda possuem uma quantidade expressiva de matas e florestas naturais remanescentes da mata atlântica, o que enseja, por si só, uma necessidade de que a comunidade e governo cada vez mais enviem esforços para a sua preservação ambiental.

PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL			
Municípios	Leite (mil litros)	Ovos de Galinha (mil dúzias)	Mel (kg)
Governador Celso Ramos	750	720	5.000
Biguaçu	5.100	3.400	2.500
São José	1.948	2.880	6.000
Florianópolis	1.885	2.592	4.500
AII	8.683	9.592	17.900
Santa Catarina	735.877	117.285	4.824.252

Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal/SC, 1993 – IBGE

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Quanto aos dados de produção para produtos de origem animal, aparece destaque para o conjunto da Área de Influência Indireta (AII), o segmento de ovos de galinha, cujo montante produzido representa 8,1% do total do Estado de Santa Catarina.

DESEMBARQUE DE PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS **1990**

Municípios	Peixes (kg)	Crustáceos (kg)	Moluscos (kg)
Governador Celso Ramos	645.557	473.141	28.274
São José	37.684	-	-
Florianópolis	4.474.204	28.378	270.181
AII	5.157.445	501.519	298.455
Santa Catarina	70.082.066	3.137.209	522.203

Fonte: Secretária da Agricultura de Santa Catarina – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola - ICEPA

Os municípios acima discriminados e que compõem a Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento, possuem uma boa vocação e desempenho da atividade pesqueira, a qual garante o sustento de contingente expressivo de famílias de pescadores.

Os totais auferidos para a Área de Influência Indireta (AII) compreendem quantidades que em relação ao total do Estado respondem com 7,3% para Peixes, 16% para Crustáceos e 57% para Moluscos.

6.1.3.8.A INDÚSTRIA

A produção industrial na Área de Influência Indireta (AII) apresenta os destaques quanto ao número de estabelecimentos e pessoal ocupado para São José e Florianópolis, as quais são as duas maiores cidades do conjunto.

De qualquer modo o conjunto da Área de Influência Indireta (AII) contribui com 5,1% do total de estabelecimentos industriais de Santa Catarina, enquanto que para o item de pessoal ocupado, este índice cai para 2,45%, muito embora os 7.607 empregos seja algo significativo.

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

ESTRUTURA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

(10³)

Municípios	N.º de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Valor Bruto da Produção Industrial (1000 CRS)
Governador Celso Ramos	12	233	17.662.812
Biguaçu	37	781	135.308.916
São José	224	3.361	249.847.056
Florianópolis	261	3.232	213.995.159
AII	534	7.607	616.813.943
Santa Catarina	10.431	310.272	42.842.518.947

Fonte: Censo Econômico de 1985 – Indústria, Comércio e Serviços – Região Sul - IBGE

No entanto, a construção civil representa a grande alavanca de expansão e geração de riquezas e empregos, especialmente para os municípios - polo de São José e Florianópolis, a capital.

Assim podemos constatar que dos dados abaixo, a Área de Influência Indireta (AII) contribui com 12% do total do número de licenças expedidas, enquanto que, refletindo a expansão urbana, o item Área de Edificação Residencial, contribui com, aproximadamente, 40% daquele montante global.

LICENÇAS E ÁREAS DE EDIFICAÇÕES NAS PRINCIPAIS CIDADES DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA (AII)

ANO 1994

Municípios	N.º de Licenças	Residencial	Residencial / Comercial	Comercial	Industrial	Outros	Total
São José	188	113.595,47	71.172,52	10.057,70	-	-	194.825,69
Florianópolis	954	588.933,71	108.474,33	24.499,11	-	30.096,99	752.004,14
AII	1.142	702.529,18	179.646,85	34.556,81	-	30.096,99	946.829,83
Santa Catarina ⁽¹⁾	9.445	1.749.170,61	211.030,93	496.428,05	106.965,76	100.681,40	2.664.456,75

Fonte: Anuário Estatístico de Santa Catarina – 1995

(1) Representa apenas os totais referentes aos 10(dez) municípios mais populosos de Santa Catarina

6.1.3.9.COMÉRCIO E SERVIÇOS

A Área de Influência Indireta (AII), tem no setor do comércio e serviços, segmentos de grande importância no contexto do estado, vez que no número de estabelecimentos, contribui com aproximadamente 10% do total. Já para comparativo de pessoal ocupado, esse percentual representa 13,5% do global do estado.

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Observa-se que em ambos os parâmetros mencionados, o grande responsável é, pela ordem, Florianópolis seguida de São José.

ESTRUTURA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

ANO DE 1995

Municípios	N.º de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Total de Receitas (1000 CR\$)
Governador Celso Ramos	87	176	1.216.000
Biguaçu	244	985	9.594.000
São José	754	2.675	85.519.000
Florianópolis	2.733	23.617	542.003.000
API	3.818	27.453	638.332.000
Santa Catarina	38.113	202.230	24.558.786

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1992 - IBGE

O segmento do turismo vem apresentando crescente peso na economia, principalmente, dos municípios costeiros, muito embora concentrado ainda apenas em duas épocas por ano.

Dada a sua importância e perspectivas de crescimento futuro, a curto e médio prazo, começa a atrair investimentos públicos e privados, esperando-se a cada ano, um contingente maior de turistas nacionais e estrangeiros.

O quadro abaixo mostra que no ano de 1988, período de verão propiciou um movimento de 1,3 milhões de visitantes no estado, e que já para o ano de 1992, essa cifra saltou para 2,0 milhões de pessoas fazendo o turismo aqui:

MOVIMENTO DE TURISTAS

TEMPORADA 1988/1989

Visitantes:	1,3 milhões
- Nacionais	1,1 milhões
- Estrangeiros	0,2 milhões
Origem dos Visitantes (%):	
- Rio Grande do Sul	25,43
- Paraná	21,20
- São Paulo	17,23
- Santa Catarina	23,13
- Outros Estados	13,01
Origem dos Visitantes Estrangeiros (%):	
- Argentina	75,26
- Uruguai	8,25
- Paraguai	8,25
- Chile	0,85
- Outros Países	7,39

Fonte: SANTUR - Revista Istoé Senhor

6.1.3.10. EDUCAÇÃO

Os municípios que compreendem a Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento em pauta tem sua infra-estrutura educacional de pré-escola, 1º Grau e 2º Grau, inserida no Plano de Ação do Governo do Estado de Santa Catarina, através de sua Secretária da Educação e do Desporto, para o período de 1995/1998.

A infra-estrutura de ensino é composta por unidades escolares pertencentes a rede pública e privada, sendo que a primeira é formada por estabelecimentos do governo federal, estadual e municipal, sendo que em muitos casos, este último atua mediante convênio com o governo estadual.

O Plano de Ação, é composto de 07(sete) programas/projetos que na sua implementação, proporcionará a melhoria da qualidade do ensino no Estado, conforme segue:

Projeto/Programa	Objetivos
• Censo Escolar Catarinense	Viabilizar um censo escolar que retrate a realidade do sistema educacional catarinense, possibilitando uma condução mais coerente e eficaz da educação pública.
• Revisão da Proposta Curricular	Possibilitar a efetiva implementação da proposta curricular, para a transformação da escola pública em local no qual ocorra apropriação, elaboração e reelaboração do conhecimento científico erudito e universal, de forma sistemática, para a formação da cidadania do educando.
• Profissionalização de Jovens	Permitir ao jovem o acesso a oportunidades de trabalho, garantindo-lhe uma educação geral, científica e tecnológica, bem como, uma compreensão da importância e das relações do trabalho.
• Aperfeiçoamento do Professor	Promove o aperfeiçoamento do professor, através de um programa de formação e capacitação, que garanta um aprofundamento na cultura geral e na área específica do conhecimento
• Gestão Democrática na Educação	Oportunizar a implantação e a implementação de um sistema de administração e planejamento educacional, com vista ao aperfeiçoamento democrático da gestão educacional e à autonomia da escola.
• Reformulação do Processo de Municipalização da Educação	Coordenar o processo de municipalização da educação no estado, estabelecendo com os municípios um sistema de parceria e de co-responsabilidade, objetivando ampliar, articular e melhorar a ação educativa.
• Excelência na Educação	Promover a melhoria e a modernização da rede escolar, nos aspectos gerencial, físico, instrumental e de assistência ao educando, objetivando maior eficácia na socialização do conhecimento.

XANAHI MAGIC RESORT
RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Desta forma, observando os Quadros abaixo, podemos ter uma idéia de grandeza quanto à dimensão do sistema educacional nos municípios que compõem a Área de Influência Indireta (AII), em específico no que tange às unidades escolares de 1º e 2º graus e pré-escola, bem como aos respectivos quantitativos de matrículas efetuadas (ano base: 1997).

UNIDADES ESCOLARES DOR PRÉ, 1º E 2º GRAU DE DIVERSOS MUNICÍPIOS DE SC-1997												
Municípios	Pré-Escolar			1º Grau			2º Grau			Part.	Mun.	Part.
	Fed.	Est.	Mun.	Part.	Fed.	Est.	Mun.	Part.	Fed.	Est.	Mun.	Part.
Biguaçu	0	12	10	3	0	30	4	3	0	3	0	1
Florianópolis	1	37	42	59	1	50	34	43	2	27	0	11
Governador Celso Ramos	0	3	8	1	0	3	9	0	0	1	0	0
São José	0	21	9	23	0	30	5	22	1	9	1	5
Total	1	73	69	86	1	113	52	68	3	40	1	17

Fonte: SED/DIRP/GEINF/Censo Escolar

MATRÍCULA INICIAL DO PRÉ, 1º E 2º GRAU DE DIVERSOS MUNICÍPIOS DE SC - 1997												
Municípios	Pré-Escolar			1º Grau			2º Grau			Part.	Mun.	Part.
	Fed.	Est.	Mun.	Part.	Fed.	Est.	Mun.	Part.	Fed.	Est.	Mun.	Part.
Biguaçu	0	462	370	123	0	7.520	1.167	332	0	1.228	0	65
Florianópolis	216	2.033	2.736	4.031	619	29.635	12.324	16.482	3.075	11.187	0	7.729
Governador Celso Ramos	0	140	237	128	0	1.303	455	0	0	122	0	0
São José	0	1.051	516	692	0	18.235	4.307	5.834	799	2.460	530	975
Total	216	3.686	3.859	4.974	619	56.693	18.253	22.648	3.874	14.997	530	8.769

Fonte: SED/DIRP/GEINF/Censo Escolar

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Quanto ao ensino superior temos que a população da Área de Influência Indireta (AII) é atendida por diversas faculdades localizadas em Biguaçu e São José através da UNIVALI, em Palhoça com a UNISUL e em Florianópolis com a UFSC E UDESC.

6.1.3.11. Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico

Dos municípios que compõem a Área de Influência Indireta (AII), os municípios de Governador Celso Ramos, Biguaçu e Florianópolis possuem bens históricos e arqueológicos tombados na esfera federal. Em São José, são encontradas edificações de importância local e regional.

Conforme dados do IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Quadro abaixo, mostra os principais bens históricos pertencentes aos municípios da Área de Influência Indireta (AII):

Município	Bens Históricos/Culturais
Governador Celso Ramos	Igreja Nossa Senhora da Piedade (**) Armação da Piedade Armação da Piedade Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim (***) Ilha de Anhatomirim
Biguaçu	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Vila de São Miguel, Distrito de Guaporanga (***)
São José	Igreja Matriz de São José e casario adjacente Edificações ao longo da principal via que corta a área Urbana Antiga Usina Hidrelétrica de Maruim, Salto do Maruim
Florianópolis	Palácio Cruz e Souza (**) Teatro Álvaro de Castro (**) Estação de Recalque da CASAN (**) Academia de Comércio (**) Faculdade de Educação (**) Antiga Alfândega (***) Forte Santana (***) Forte Santa Bárbara (***) Igreja N.Sª da Lapa e casarão adjacente

XANAHI MAGIC RESORT
RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Município	Bens Históricos/Culturais
Florianópolis	Igreja N.Sª das Necessidades e casario adjacente Capela de São Sebastião (*) mais Teatro do Divino, Campeche Igreja N Sª de Paula (*), Canasvieiras Capela dos Ingleses Igreja N Sª da Conceição (*), casa do vigário e Teatro do Divino, Lagoa da Conceição Capela de São João, Rio Vermelho Fonte de Santo Antônio de Ratonés (***) Forte de São José da Ponta Grossa (***) Engenhos em São João do Rio Vermelho Alto Ribeirão, Sertão do Peri e costa da Lagoa da Conceição Conjunto Arquitetônico Urbano, Lagoa da Conceição Antiga Estação Rádio-Telegráfica, Lagoa da Conceição Casa da Dona Loquinha, caminho da Costa da Lagoa Conjunto Arquitetônico Urbano, Ribeirão da Ilha Casa Rural mais Igreja, Ribeirão da Ilha Ponte Hercílio Luz Hospital da Caridade Antiga Casa de Câmara e Cadeia Academia do Comércio Mercado Público Antiga Escola de Artes e Ofícios Escola Básica Silveira de Souza Maternidade Carlos Corrêa Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim Colégio Catarinense Antiga Inspetoria de Rios e Portos

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Município	Bens Históricos/Culturais
Florianópolis	Escola Lauro Muller Casa do Barão Santa Catarina Country Club Penitenciária Estadual Museu de Antropologia (UFSC / Trindade) Museu do Padre Rohr / Homem do Sambaqui Igreja do Forte de São José da Ponta Grossa Catedral Metropolitana Igreja do Rosário e São Benedito

(*) Tombado a nível municipal (**) Tombado a nível estadual (***) Tombado a nível federal

Fonte: IPHAN – Bens Móveis e Imóveis Inscritos no Livro do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, 1982

GRANFPOLIS: Plano Básico de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis

Quanto ao patrimônio arqueológico, temos que a Área de Influência Indireta (AII) situa-se na região litorânea caracterizada por vegetação arbórea/arbustiva e de restinga, situadas na planície sedimentar quaternária ou sobre cordões de dunas. Por outro lado na foz de rios e riachos que deságuam no atlântico, encontramos a formação de mangues, ambientes de grande circulação biológica.

Afastando-se para o interior, passamos a encontrar uma transição dessa vegetação, caracterizando-se por mata atlântica.

As ocorrências de sítios arqueológicos estão situados na sua grande maioria na planície sedimentar quaternária da região litorânea, sendo que podem ser agrupados, cultural e cronologicamente, nas categorias abaixo:

Sambaquis: denominação genérica para sítios litorâneos de grupos especializados na exploração de recursos marinhos, especialmente moluscos, apresentando em menor grau a utilização da pesca e da caça de mamíferos marinhos e terrestres. São sítios pré-cerâmicos, com datas variando entre 4515 +- 100 AP (nível mais antigo do sítio do Pântano do Sul) a 2200 +- 250 AP (nível superior do Sambaqui da Ponta das Almas), ambos na Ilha de Santa Catarina;

Aldeias Pré-cerâmicas: como os sambaquis, são igualmente sítios de coleta litorânea, mas diferem dos primeiros devido à maior importância que a pesca e caça tinham, enquanto atividades de subsistência, para os grupos,

estando a coleta de moluscos em posição inferior. Em termos de cultura material, possuem semelhanças com os sambaquis. O sítio arqueológico de Armação do Sul é o único datado até o momento, com 2670 + - 90 AP.

Aldeias Ceramistas associadas à Tradição Itararé: sítios arqueológicos de implantação litorânea, com sua subsistência ligada principalmente à pesca, existindo, porém, indicações de uma caça especializada em mamíferos de médio e grande porte (Taiassuídeos, Cevídeos). Apresentam cerâmica típica, composta de vasilhames utilitários de pequeno tamanho, semelhantes aos da Tradição Itararé, identificada nos planaltos paranaense e catarinense. As relações entre os sítios desta tradição no litoral e no planalto ainda não estão claras para os pesquisadores. As datas existentes para esses sítios vão de 1140 +- 180 AP (sítio arqueológico da Praia da Tapera) a 800 +- 70 AP (sítio da Base Aérea), ambos na Ilha de Santa Catarina.

Aldeias Ceramistas da Tradição Tupiguarani: sítios associados à Tradição Tupiguarani, cujos remanescentes, os índios carijó, ocupam a região até o século XVII, sendo caracterizados pela abundância de cerâmica típica, frequentemente decorada com motivos corrugados, ungulados, ponteados ou pintados em vermelho ou preto sobre engobe branco. São típicos os grandes vasilhames cerâmicos, muitas vezes associados a sepultamentos. O único sítio Tupi datado na região possui 550 +- 70 AP (aldeia tupiguarani da Praia da Tapera), situado também na Ilha de Santa Catarina.

No estudo de Impacto Ambiental (EIA), encontra-se a listagem e descrição dos sítios arqueológicos, catalogados pelo IPHAN.

6.1.3.12. Unidades de Conservação e Áreas Protegidas

O crescimento urbano desordenado pelo seu modo e consequências está comprometendo de forma irreversível a grande maioria dos ecossistemas e por conseguinte o patrimônio natural e paisagístico.

Assim o antídoto a essa realidade não é outro, senão a conscientização das pessoas e, através delas, viabilizar a implementação de políticas, programas, projetos e ações ambientais necessárias.

Ademais, nesses tempos modernos de globalização, é cada vez mais estreita a relação de necessidade entre a preservação ambiental e a qualidade de vida da população.

Juridicamente, o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 estabelece que “**todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida (...)**”. Em

decorrência, é imposto ao Poder Público, obrigações direcionadas a ações que visam a adequabilidade dos usos e preservação dos bens ambientais de utilização coletiva.

Neste sentido, tornou-se necessário definir via ato administrativo ou normativo os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, principalmente segundo o disposto pelo artigo 2º do Código Florestal. Isso redundou, mediante a demarcação de seus limites físicos, na criação de parques, reservas e outras áreas protegidas, com superfícies e finalidades definidas quanto à preservação e proteção das espécies vegetais, animais, da cultura e do patrimônio histórico-cultural, estético paisagístico e arqueológico.

Historicamente, as principais preocupações ambientais, fizeram surgir ainda no século XIX, nos países industrializados, reivindicações de cunho conservacionista, o que culminou com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos da América, disseminando-se esse feito por vários países do mundo, chegando ao Brasil.

Segundo o IBAMA, e de conformidade com as características ecológicas e legais, as unidades de conservação, têm os seguintes objetivos:

- preservar a biodiversidade;
- proteger espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção;
- preservar e restaurar a diversidade de ecossistemas naturais;
- incentivar o uso sustentável dos recursos naturais;
- manejar os recursos de flora e fauna;
- proteger paisagens naturais ou pouco alteradas, de beleza cênica notável;
- incentivar atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- fornecer condições para educação ambiental e recreação em contato com a natureza.

Classificação de Unidades de Conservação e Espaços Ambientais Protegidos

Segundo descrito em “Unidades de Conservação e Áreas Protegidas da Ilha de Santa Catarina” – CECCA, Editora Insular, 1997, a classificação das unidades de conservação e outros espaços protegidos, estão definidos e especificados conforme as categorias abaixo:

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Área de Especial Interesse Turístico

Estas áreas têm como objetivo a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural com potencial turístico. As Áreas de Especial Interesse Turístico (AEIT) prioritárias, são aquelas que exigem planos e programas oficiais de desenvolvimento turístico para que não venham a ser degradadas pelo mau uso. E as de *reserva* são aquelas que, embora tendo elevado potencial turístico, exigem a construção de infra-estrutura e um maior controle visando regular, o fluxo turístico. As AEIT são criadas por decreto mediante proposta do Conselho Nacional de Turismo, devidamente amparadas pelos dispositivos legais consignados pela Lei n.º 6.513, de 22/12/77, e Decreto n.º 86.176, de 06/07/81.

Área de Proteção Ambiental (APA)

As APAs “são áreas terrestres e/ou aquáticas (...) submetidas à modalidades de manejo diversas, podendo compreender ampla gama de paisagens naturais, seminaturais, ou alteradas, com características notáveis e dotadas de atributos bióticos, estéticos ou culturais que exijam proteção para assegurar o bem-estar das populações humanas, conservar ou melhorar as condições ecológicas locais ou proteger paisagens e atributos naturais e culturais importantes. É permitida a visitação pública”.

Normalmente são constituídas em áreas de propriedade privada.

Lei no 6.902, de 27/04/1981, e Decreto no 99.274, de 06/06/1990.

Área de Preservação Permanente (APP)

Áreas normalmente de propriedade privada nas quais, através de levantamentos e regulamentação, limita-se o uso visando manter a qualidade ambiental.

Lei n.º 6.902, de 27/04/81,, Lei n.º 6.938, de 31/08/81

Áreas Indígenas

São áreas naturais tradicionalmente ocupadas por populações indígenas, utilizadas para suas atividades produtivas ou imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Estas áreas são inalienáveis e os direitos sobre elas são imprescritíveis

Constituição da República art. 20 e 231.

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Área de Relevante Interesse Ecológico

Áreas a partir de 5.000 ha, com pouca ou nenhuma ocupação humana, que abriguem características naturais extraordinárias ou exemplares raros da biota regional que exijam cuidados ou proteção especial.

Lei n.º 6.938, de 31/08/81, Decreto n.º 89.336, de 31/01/84, e Resolução do Conama n.º 012, de 14/12/1988.

Cavidades Naturais

Proteção de cavernas e cavidades naturais subterrâneas como bens de interesse público.

Decreto n.º 99-556, de 01/10/90

Estação Ecológica

Área natural representativa de ecossistemas brasileiros destinada à aplicação de pesquisa básica em ecologia, à proteção do ambiente natural e à educação conservacionista.

Lei n.º 6.902, de 27/04/81, Lei n.º 6.938, de 31/08/81, e Decreto n.º 99.274, de 06/06/1990.

Floresta Nacional

Área normalmente vasta e coberta por florestas de espécies predominantemente nativas manejáveis e produtiva, criadas com finalidade econômica, de proteção de recursos hídricos, manejo de fauna ou recreação. Pela Resolução n.º 011 de 03/12/87, do CONAMA, também são consideradas unidades de conservação as Florestas Estaduais e Municipais.

Lei n.º 4.771, de 15/09/65.

Monumento Natural ou Nacional

Área com valores naturais ou paisagísticos únicos. A sua superfície varia com as características do ambiente a proteger.

Decreto n.º 58.054, de 23/03/66.

Parque

Área natural, pouco ou nada alterada, ecologicamente representativa e relativamente extensa. Podendo também ser criados Parques pelos Estados e Municípios.

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Lei n.º 4.771, de 15/09/65, e Decreto n.º 84.017, de 21/09/79.

Patrimônio Arqueológico

Proteção de bens, sítios e jazidas de valor arqueológico.

Lei n.º 3.924, de 26/07/61.

Reserva Biológica

Área natural intocada, cuja superfície varia em função do ecossistema e se destina a proteger espécies de fauna e flora.

Lei n.º 4.771, de 15/09/65, e Lei n.º 5.197, de 28/02/67.

Reserva Ecológica

Áreas, públicas ou privadas, de florestas de preservação permanente, protegidas pela Lei n.º 4.771, de 15/09/65, em seu artigo 2º.

Lei n.º 6.938, de 31/08/81, Decreto n.º 89.336, de 31/01/84 e Resolução do Conama n.º 04, de 18/09/85.

Reservas Extrativistas

Área pública reservada para a população local explorar economicamente mantendo sua preservação.

Decreto n.º 98.897, de 30/01/90.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

Área natural pouco alterada, de tamanho variável, cuja preservação, por iniciativa do proprietário, é reconhecida pelo IBAMA. Há isenção do ITR, após o cadastro da área como RPPN.

Decreto n.º 98.914, de 31/01/90, e Portaria n.º 828 do Ibama, de, 10/06/90.

Tombamento

Área com características e tamanho variável em função do bem que se quer proteger. O tombamento pode incidir sobre áreas definidas como unidades de conservação.

Decreto n.º 25, de 30/11/37, Portaria n.º 10, de 10/09/86 e n.º 11, de 11/10/86, do Ministério da Cultura e Lei municipal n.º 1.202 de 02/04/74,

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

TABELA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS DA ILHA DE SANTA CATARINA E SEU ENTORNO

Denominação	Lei	Municípios	Área	Órgão	Descrição
Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim	Dec. Fed. N.º 528 de 20/05/92	Florianópolis (baía norte) e Governador Celso Ramos	3.000 ha	IBAMA	Ilha, encosta continental de floresta atlântica, promontório e mar.
Área de Preservação Permanente do Mangue de Itacorubi	Lei 4.771, de 15/09/65 e Resolução do Conama n.º 04, de 18/08/85	Florianópolis (centro)	150 ha	UFSC	Manguezal e vegetação herbácea junto à Via Expressa Norte que acompanha a bacia do Itacorubi até o loteamento Santa Mônica
Área de Preservação Permanente do Mangue da Tapera	Lei 4.771, de 15/09/65 e Resolução do Conama n.º 04, de 18/08/85	Tapera Florianópolis	40 ha	IBAMA / FLORAM	Manguezal localizado no sul da ilha no bairro Tapera
Área de Relevante Interesse Ecológico Desterro	Convênio entre Governo do Estado e UFSC	Florianópolis	491,5 ha	FATMA/UFSC	Remanescentes de floresta atlântica, situadas no Morro de Saco Grande
Área Tombada da Floresta do Hospital de Caridade	Dec. Mun. n.º 270, de 30/12/86	Florianópolis	16 ha	PMF	Importante área remanescente de floresta atlântica, localizada no Morro da Cruz, centro da cidade
Área Tombada da Lagoinha da Chica e Lagoa Pequena	Dec. Mun. n.º 135, de 05/06/88	Florianópolis	31,25 ha	PMF	Lagoas e entorno
Área Tombada da Região da Costa da Lagoa da Conceição	Dec. Mun. n.º 247, de 06/11/86	Florianópolis	967,5 ha	PMF	Tombamento de área histórica e natural da região da Costa da Lagoa. Esta área é de floresta atlântica
Área Tombada das Dunas dos Ingleses, Santinho, Campeche, Armação e Pântano do Sul	Dec. Mun. n.º 112, de 31/05/85	Florianópolis	443 ha	PMF	Dunas móveis, semi-móveis e fixas e sua vegetação
Área Tombada do Parque da Luz	Portaria n.º 78, de 15/05/97, do Ministério da Cultura	Florianópolis	3 ha	PMF	O Parque da Luz, bem como a área do entorno da Ponte Hercílio Luz está protegida pelo tombamento desse patrimônio histórico do município
Área Tombada das Restingas de Ponta das Canas e Ponta do Sambaqui	Dec. Mun. n.º 216, de 16/09/85	Florianópolis	712,2 ha	PMF	Vegetação de restinga
Horto Florestal de Canasvieiras	Área da Secretaria da Agricultura Dec. Est. N.º 397, de 07/11/50	Florianópolis	170 ha	Governo do Estado	Eucaliptos, pinus e vegetação diversa
Horto Florestal do Ribeirão da Ilha	Lei mun. n.º 2.348, de 27/12/85	Florianópolis	25,9 ha	PMF	Área de cultivos de mudas da Prefeitura Municipal
Parque Ecológico da Cidade das Abelhas	Área do Ministério da Agricultura	Florianópolis	22 ha	EPAGRI	Floresta secundária e de reflorestamento, situada no Bairro Saco Grande, usada como centro de treinamento de apicultura
Estação Ecológica de Carijós	Dec. Fed. N.º 94.656, de 20/07/87	Florianópolis	712,2 ha	IBAMA	Mangues de Saco Grande e Ratonés

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Denominação	Lei	Municípios	Área	Órgão	Descrição
Parque Ecológico do Córrego Grande	Convênio n.º 3214/93-39 entre PMF, IBAMA, FLORAM e COMCAP	Florianópolis	21,48 ha	IBAMA	Pinus e eucaliptos, reflorestamento com espécies nativas
Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	Dec. Est. n.º 1260, de 01/11/75, Dec. est. n.º 8857, de 11/09/79	Fpolis, Palhoça, S. A. Imperatriz, Águas Mornas, S. Bonifácio, Paulo Lopes, S. Martinho, Imarui e Garopaba	Área total 87,405 ha. Na Ilha 346,5 ha	FATMA	Floresta atlântica, dunas, restinga, mangue, campos e capoeirões
Parque Florestal do Rio Vermelho	Dec. Est. n.º 2.006, de 21/09/62	Florianópolis	1.297 ha	CIDASC	Reflorestamento de pinus e pequena área de floresta nativa
Parque Municipal da Praia da Galheta	Lei mun. n.º 3.455, de 16/08/90 e Dec. Mun. n.º 698, de 30/08/94	Florianópolis	149,3 ha	PMF	Dunas, encosta, costões e vegetação
Parque Municipal da Lagoa do Peri	Dec. mun. n.º 1.408, de 04/06/76; Lei Mun. n.º 1.828, de 03/12/81 e Dec. Mun. n.º 091, de 01/06/82	Florianópolis	2.030 ha	PMF	Floresta nativa e Lagoa com 5 km², pastagens e agricultura de subsistência
Parque Municipal da Lagoinha de Leste	Dec. mun. n.º 153, de 05/06/87, Lei Mun. n.º 3.701, de 07/01/92	Florianópolis	453 ha	PMF	Lagoinha, dunas e vegetação
Parque Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição	Dec. Mun. n.º 1.261, de 23/05/75, Dec. Mun. n.º 213, de 14/12/79, Dec. Mun. 231, de 16/09/88	Florianópolis	563 ha	PMF	Dunas móveis, semi-móveis, fixas e sua vegetação
Parque Municipal do Maciço da Costeira	Lei mun. n.º 4.605, de 11/01/95, Dec. mun. n.º 154, de 14/06/95	Florianópolis	1.456,53 ha	PMF	Maciço do centro sul da Ilha.
Reserva Biológica Marinha do Arvoredo	Dec. Fed. N.º 99.142, de 12/03/90	Governador Celso Ramos	17.800 ha	IBAMA	Ilhas: Arvoredo, Galés, Deserta, Calhau, São Pedro e a faixa de marinha
Reserva Extrativista Marinha do Pirajubá	Dec. Fed. N.º 933, de 20/02/92 e Portaria do IBAMA n.º 078-N, de 30/11/96	Florianópolis	1.444 ha	IBAMA	Mangue do Rio Tavares e Costeira do Pirajubá

6.1.3.13. Reserva Indígena

Na Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento, mais especificamente, no município de Biguaçu, marginal à BR-101, a 22 km de Florianópolis, está localizada a *Área Indígena Mbiguaçu*.

Possui uma área de 36 ha e é ocupada pelo grupo Guarani-Nandeva, com um total de 30 pessoas. Essa área indígena ainda não está definitivamente demarcada, muito embora, tenha a FUNAI realizado em 1994, levantamentos topográficos e cadastrais para dar início ao processo de legalização.

6.1.3.14. Resíduos Sólidos Urbanos

A região ou espaço geográfico objeto do presente estudo que convencionou-se chamar de Área de Influência Indireta (AII), sendo composta pelos municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu e Governador Celso Ramos, à exceção deste último, está inserida, no chamado “**Aglomerado Urbano de Florianópolis - AUF**”, denominação essa adotada pela COMCAP – Companhia de Melhoramentos da Capital, em seu estudo “**Diagnóstico dos Resíduos Sólidos do Aglomerado Urbano de Florianópolis**” (março/95).

Neste trabalho o “Aglomerado Urbano de Florianópolis - AUF” abrange os municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e Antônio Carlos.

Desse modo e para melhor abrangência e entendimento da questão, definiremos que nossa Área de Influência Indireta (AII), será composta pelos municípios que integram o Aglomerado Urbano de Florianópolis - AUF, adicionado por Governador Celso Ramos.

Com uma população urbana de 564.754 habitantes, a Área de Influência Indireta (AII), representa, aproximadamente 90% da população urbana da Região da Grande Florianópolis e 14,7% da população urbana de Santa Catarina.

Relativamente aos resíduos sólidos, temos que a produção é da ordem de 366 toneladas por dia de lixo domiciliar, significando 91,2% da Grande Florianópolis. Quanto aos resíduos hospitalares, produz 5,5 toneladas por dia de lixo hospitalar, sendo que para os resíduos industriais, há ausência de dados para avaliação.

Situação do Destino Final dos Resíduos Sólidos nos Municípios da Área de Influência Indireta (AII)

Na tabela a seguir, são apresentados os dados da distribuição da população na Região, e sua correspondente produção de lixo, sendo o tratamento recebido em cada um dos municípios apresentados a seguir individualmente.

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

ESTIMATIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO AGLOMERADO

Municípios	População Urbana-91 (hab)*	Taxa Geom. de Crescimento	Projeção população Urbana 1995 (hab)	Resíduos Domiciliares (ton./dia)	% de Resíduos Domiciliares Gerado na Região
Antônio Carlos	976	2,83	1.091	0,709	0,19
Florianópolis	239.566	3,63	276.291	178,778	48,7
Palhoça	65.661	5,86	82.458	53,598	14,61
Sto A. da Imperatriz	7.664	2,43	8.437	5,484	1,49
São José	128.203	4,48	152.767	99,298	27,07
Biguaçu	28.215	5,23	34.597	22,488	6,12
Governador Celso Ramos	7.472	5,09	9.113	6,379	1,73
TOTAL	477.757		566.749	366,734	99,91

Fonte: Censo Demográfico IBGE 1991

Plano de Desenvolvimento Regional – GRANFPOLIS

(*) Os dados foram usados da população urbana por ser realizada a coleta de resíduos na área urbana.

GOVERNADOR CELSO RAMOS

O lixo é coletado pela Prefeitura com frequência de três vezes por semana, sendo transportado por caminhões até o Aterro Sanitário da Estiva, em Biguaçu. A quantidade coletada é de, aproximadamente, 6,0 toneladas/dia.

Antônio Carlos

É realizada a coleta por parte da Prefeitura, duas vezes na semana, correspondendo a uma produção diária de aproximadamente, 700 kg, cujo destino final se dá numa área na região de Canudos.

Biguaçu

Coleta pela Prefeitura com frequência de seis vezes na semana, correspondendo a uma produção diária de 22,5 toneladas. O destino final é no aterro sanitário da empresa FORMACO, na Estiva.

Florianópolis

Coleta diária feita pela COMCAP de, aproximadamente, 180 toneladas/dia (250 toneladas no verão), sendo depositado no aterro sanitário da empresa FORMACO, na Estiva em Biguaçu.

O lixo hospitalar é coletado separadamente, recolhendo 4,5 toneladas/dia e sendo depositado em valas sépticas em Santa Tereza, município de São José.

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz

Coleta durante três vezes por semana, com produções diárias de 57,6 toneladas em Palhoça e 5,5 toneladas em Santo Amaro da Imperatriz. O depósito final do lixo (doméstico, hospitalar e industrial) se dá em terreno particular na região de Tapuia em Santo Amaro da Imperatriz.

São José

A Prefeitura executa a coleta de 99,3 toneladas/dia de lixo, com frequência de três vezes por semana. O lixo hospitalar é coletado pela COMCAP, tendo o mesmo destino daquele de Florianópolis.

O destino final do lixo doméstico é em um aterro controlado no bairro Forquilhas, naquele município.

Nas tabelas abaixo, a título ilustrativo, são apresentados os dados relativos ao lixo doméstico e hospitalar, conforme segue:

Tab-1 - TOTAL DE INDÚSTRIAS DO AGLOMERADO URBANO DE FLORIANÓPOLIS – AUF POR GÊNÊRO

Código	Quantidade	Ramo de Atividade
00	13	Extração e Tratamento Mineral
10	57	Produtos Minerais não Metálicos
11	81	Indústria Metalúrgica
12	17	Mecânica
13	31	Materiais Elétricos e Comunicação
14	14	Material Transporte
15	114	Indústria de Madeira
16	110	Indústria Mobiliária
20	13	Indústria Química
23	12	Materiais Plástico
24	26	Têxtil
25	243	Vestuário, Calçados, Art. Tecidos
26	97	Produtos Alimentares
27	13	Bebidas
29	44	Editorial e Gráfica
30	44	Diversas

Fonte: FIESC - Florianópolis

In PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL GRANFPOLIS

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Tab. 2 – ESTIMATIVA DE RESÍDUOS HOSPITALARES NO AGLOMERADO URBANO DE FLORIANÓPOLIS – AUF

Município	População			Unidade Hospitalar		Leitos Existentes	Estimativa Produção Res. Hosp. (ton./dia)	% de Resíduos Hosp. Gerados no AUF
	Urbana	Rural	Total	Un. Mista	Hospitais			
Antônio Carlos	976	4.649	5.625	-	-	-	-	-
Biguaçu	28.215	5.812	34.027	1	-	14	0,028	0,51
Florianópolis	239.566	15.375	254.941	-	11	1.140	2,280	41,70
Palhoça	65.661	2.637	68.298	-	-	-	-	-
Sto Amaro Imperatriz	7.664	5.659	13.323	1	-	100	0,200	3,66
São José	128.203	11.115	139.318	-	5	1.480	2.960	54,13
Gov. Celso Ramos	7.472	2.157	9.629	-	-	-	-	-
TOTAL	477.757	47.404	525.161	2	16	2.734	5.468	100,00

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde/Plano Estadual de Saúde

In PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL GRANFPOLIS

XANAHI MAGIC RESORT
RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Tab-3 - TOTAL DE INDÚSTRIAS DO AGLOMERADO URBANO DE FLORIANÓPOLIS – AUF POR MUNICÍPIO POR GÊNERO

	Município	Total	CÓDIGOS																							
			00	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30		
	Antônio Carlos	16	1	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	3	-	-	-	-		
	Florianópolis	344	4	12	22	7	18	4	21	30	-	1	2	2	1	1	3	11	118	42	4	1	22	18		
	Palhoça	90	1	12	9	3	1	-	19	17	-	1	1	-	-	-	-	3	11	10	1	-	1	-		
	Sto Amaro Imperatriz	21	2	-	1	-	-	-	7	1	-	-	-	-	1	-	-	-	6	-	2	-	1	-		
	São José	389	1	29	49	4	12	8	42	58	3	4	2	7	1	3	6	12	96	28	3	-	19	2		
	Biguaçu	55	4	3	-	3	-	2	14	3	-	-	-	4	-	-	3	-	11	8	-	-	-	-		
	Gov. Celso Ramos	12	-	1	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	2		
	TOTAL	927	13	57	81	17	31	14	114	110	3	6	5	13	3	4	12	26	243	97	13	1	44	22		

Fonte: FIESC - Florianópolis
In PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL GRANFOPOLIS

6.2. Área de Influência Direta

6.2.1. Introdução

Neste segmento a abordagem levou em consideração o levantamento, caracterização e análise de dados básicos referentes a área diretamente afetada pelo empreendimento considerando-se que é neste espaço que ocorre de maneira mais efetiva a inserção local e regional do empreendimento a ser construído. Consequentemente é aí que a interrelação dos fatores ambientais e sócio-econômicos se processa com maior profundidade, com desdobramentos que se traduzem em impactos de natureza positiva ou negativa cuja mensuração atestará, ou não, a viabilidade ambiental do projeto ou obra a ser construída.

6.2.2. Meio Físico

Considerando a superposição da Área de Influência Direta e Indireta e que os aspectos do Meio Físico levantados coincidem em praticamente em ambas as áreas, o diagnóstico foi efetuado para toda a Área de Influência, conforme citado no item 6.1.1, anteriormente descrito.

6.2.3. Meio Biótico

6.2.3.1. Cobertura vegetal

Para a caracterização da vegetação da AID e identificação da fitofisionomia foram efetuadas saídas a campo com a finalidade de localizar, reconhecer e mapear as formações vegetais ainda existentes, bem como identificar as principais espécies representantes no mosaico, presente na área de influência direta do empreendimento. Após o reconhecimento, o domínio de cada formação foi mapeado com o auxílio de fotografias aéreas de pequeno formato.

A área do empreendimento constitui-se de um terreno de topografia acidentada que sofreu retirada da cobertura vegetal e movimentação de terra para a construção das ruas lajotadas hoje existentes.

Os mosaicos de vegetação é resultante da extração seletiva, do desmatamento para a construção das ruas mencionadas e seu posterior abandono, o que proporcionou sua recuperação aos estágios atuais.

De acordo com a **foto 01**, podemos observar o mosaico formado pelas ruas, áreas completamente desmatadas e diversos espaços quase que isolados com cobertura vegetal.

XANAHI MAGIC RESORT
RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

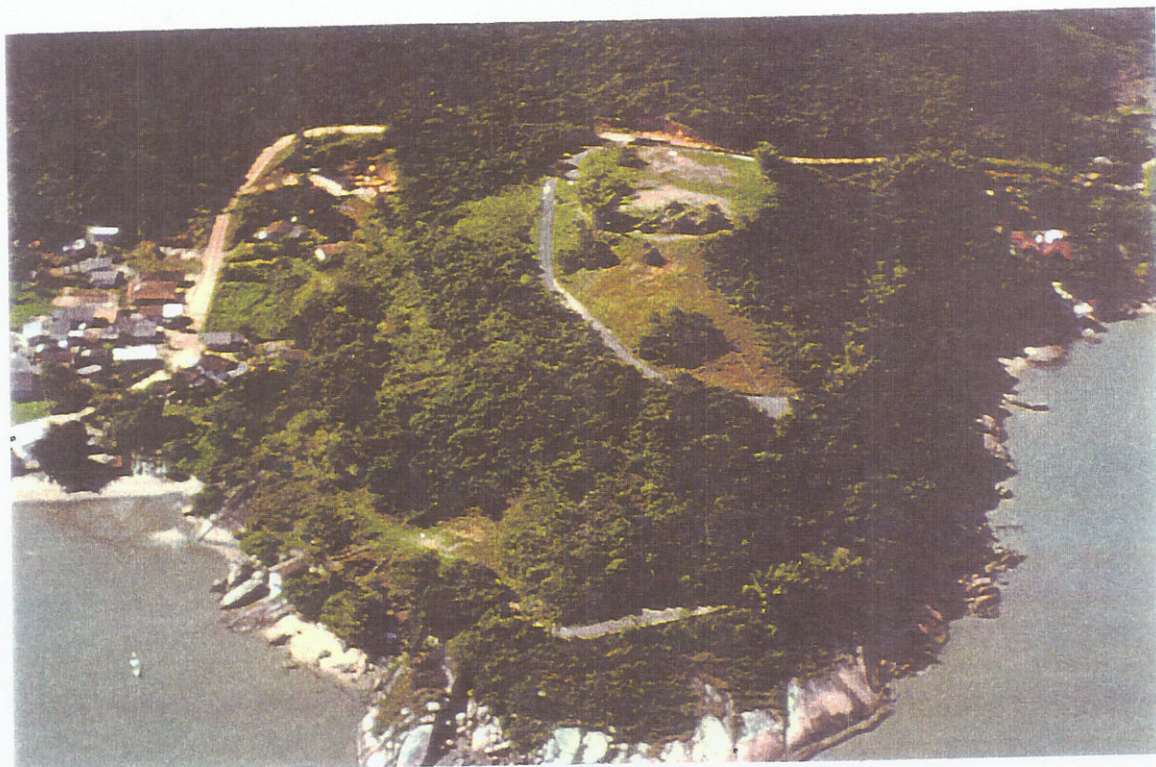


Foto1 - Vista Panorâmica da AID onde pode-se observar o mosaico formado pela vegetação e arruamentos, mostrando o uso atual

XANAHI MAGIC RESORT
RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA



Foto 2 - 1) Área destinada à Implantação da RPPN
2) Área de Construção do Empreendimento

XANAHI MAGIC RESORT
RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA



Foto3 - Vegetação Rasteira da AID



Foto4 - Vegetação secundária em estágio inicial de regeneração

Portella & Comin Consultoria Ambiental
Avenida Hercílio Luz, 1011 - Telefone: (048) 222-9472

XANAHI MAGIC RESORT
RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA



Foto5 - Vegetação a ser preservada na AID

XANAHI MAGIC RESORT
RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA



Foto6 - Vegetação a ser preservada na AID

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Observa-se no mapa em anexo o conjunto de áreas onde será suprimida a vegetação para a construção do empreendimento, perfazendo um total de 9.917,91m² de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração, aproximadamente 6% do terreno.

Apresenta-se a seguir as espécies predominantes encontradas na Área de Influência Direta.

FAMÍLIA MELASTOMATACEAE

Miconia ligustroides - Jacatirão

Miconia sp - Pixirica

FAMÍLIA MYRTACEAE

Psidium clateianum - Araçá

Psidium guajava - Goiabeira

Myrciaria trunciflora - jaboticabeira

Myrciaria sp - Camboim

Eugenia umbellifera - Baguaçu-mirim

FAMÍLIA NYCTAGINACEAE

Guapira opposita - Maria-mole

FAMÍLIA ANACARDIACEAE

Schinus terebinthifolius - Aroeira-mansa

Tapirira guaianensis - Baga-de-pomba

FAMÍLIA ULMACEAE

Trema micrantha - Grandiúva

FAMÍLIA MORACEAE

Cecropia adenopus - Embaúva

Ficus sp - Figueira-Branca

Coussapoa schottii - Figueira-mata-pau

FAMÍLIA SAPINDACEAE

Matayba guianensis - Camboatá

Cupania vernalis - Camboatá-vermelho

Dodonea viscosa - Vassoura-vermelha

FAMÍLIA MYRSINACEAE

Rapanea ferruginea - Capororoca

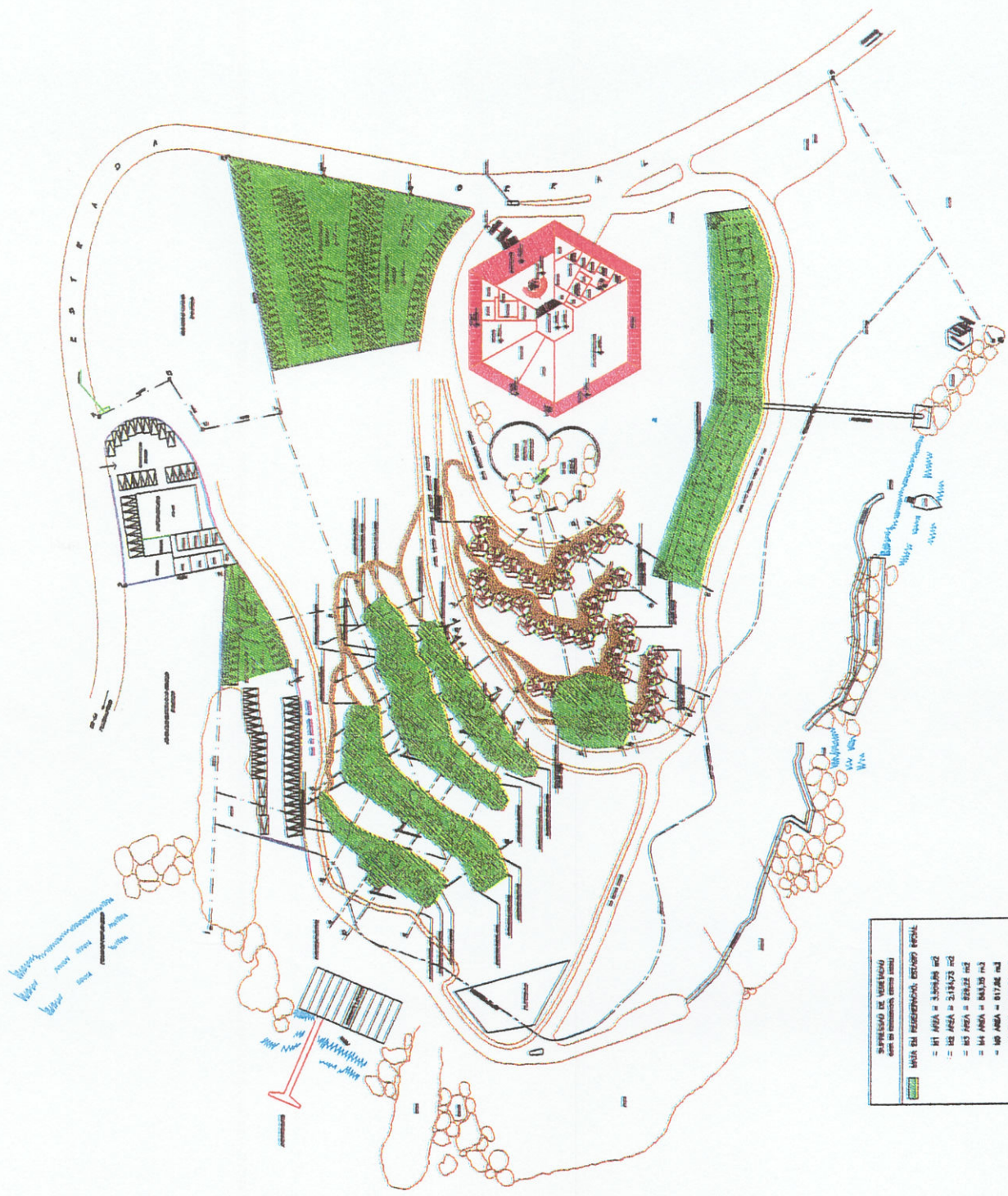
Rapanea umbellata - Capororocão

FAMÍLIA EUPHORBIACEAE

Alchornea triplinervia - Tanheiro

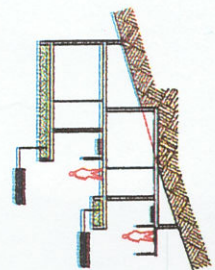
Pera glabrata - Seca-ligeiro

FAMÍLIA RHAMNACEAE



RESUMEN DE ÁREAS
 AREA DE CONSTRUCCION, AREA DE PAVIMENTACION, AREA DE VEREDAS

DESCRIPCION	AREA (m ²)
AREA DE CONSTRUCCION	1.234.567
AREA DE PAVIMENTACION	87.654
AREA DE VEREDAS	1.000.000
TOTAL	2.322.221



CORTA CORTA TRATAMIENTO

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

Columbina glandulosa - Sobraji

FAMÍLIA BIGNONIACEAE

Tabebuia pulcherrima - Ipê-amarelo

Jacaranda puberula - Carobinha

Pyrostegia venusta - Cipó-de-São-João

FAMÍLIA PALMAE

Arecastrum romanzofianum - Jerivá

Bactris lindmaniana - Tucum

FAMÍLIA GUTTIFERA

Clusia criuva - Mangue-do-mato

Rheedia gardneriana - Bacopari

FAMÍLIA SOLANACEAE

Solanum sp - Canema

FAMÍLIA MALVACEAE

Hibiscus pernambucensis - Hibisco-da-praia

FAMÍLIA VERBENACEAE

Aegiphila sp-Pau-de-gaiola

FAMÍLIA SAPOTACEAE

Chrysophyllum sp - murta

FAMÍLIA LEGUMINOSAE

Inga uruguaiensis - Ingá-banana

FAMÍLIA AQUIFOLIACEAE - Congonha

Ilex sp - Congonha

FAMÍLIA PROTEACEAE

Roupala cataractarum - Carvalho

6.2.3.2.FAUNA

Fauna terrestre

Para o estudo da fauna terrestre foram realizadas visitas à área, entrevista com moradores e consulta à bibliografia especializada.

O registro das espécies observadas em campo foi realizado num curto período de dois meses e em 04 oportunidades, apesar disso, considera-se que o resultado possam servir de base para o posterior monitoramento da fauna da área e da região.

Foi dada ênfase aos grupos de répteis aves e mamíferos por serem estes considerados excelentes bioindicadores das condições ambientais de áreas florestadas.

Répteis

A listagem das espécies teve por base a bibliografia, entrevistas e observação direta.

(B) Bibliografia (E) Entrevista (O) Observada na área

CLASSE REPTILIA

ORDEM SQUAMATA

SUBORDEM OPHIDIA

FAMÍLIA VIPERIDAE

Brotops Jararaca - Jararacas - B - E - O

Brotops jararacussu - Jararacuçu - B - E

FAMÍLIA ELAPIDAE

Micrurus corallinus - Coral verdadeira - B - E - O

FAMÍLIA COLUBRIDAE

Clelia clelia - Mussurana - B - E

Liophis miliaris - Cobra d'água - B - E - O

Chironius exoletus - Cobra-verde - B - E

Spillotes pullatus - Caninana - B - E

Aves

O grupo das aves é importante na avaliação da qualidade dos ecossistemas por serem sensíveis à modificações que neles ocorrem, sejam estas alterações por causas naturais ou provocadas por ação antrópica, no último caso poderão ser acompanhadas, principalmente, pela possibilidade de se elaborar estudos anteriores à ação e assim verificar o grau de interferência que esta causou nas relações do meio com a fauna.

Segundo Bege e Marterer (1991), as aves são consideradas excelentes bioindicadores, e ressaltam que a diversidade de espécies permite ocupar diferentes habitats e níveis tróficos.

São muitas as espécies de aves que exploram o mar para sobreviverem. Ao longo dos 531 Km da costa de Santa Catarina, é comum observar representantes de Procellariiformes, Sphenisciformes, Pelecaniformes e Charadriiformes, sobrevoando próximo das praias ou alimentando-se na zona de rebentação. ROSÁRIO 1996.

A zona de rebentação é usada como área de alimentação para muitas espécies. Dentre elas o Gaivotão *Larus dominicanus*, o gavião-chimango *Mivalgo chimango* dentre outras.

As aves que são mais afetadas pela poluição orgânica são aquelas que freqüentam baías, enseadas, estuários e manguezais. Nos ambientes poluídos nota-se uma redução da diversidade das espécies e o aumento da população de algumas espécies que são capazes de viver em tais condições. ROSÁRIO 1996.

As áreas florestadas abrigam uma diversidade muito grande de espécies, predominando os passeriformes.

Apresentamos a seguir as espécies de aves encontradas na Área de Influência do empreendimento:

(B) Bibliografia (E) Entrevista (O) Observada na área

ORDEM TINAMIFORMES

FAMÍLIA TINAMIDAE

Crypturellus obsoletus - Inhambuguaçu - B - E

ORDEM PROCELLARIIFORMES

FAMÍLIA PROCELLARIIDAE

Diomedea melanophris - Albatroz de Sobrancelha - B

ORDEM SPHENISCIFORMES

FAMÍLIA SPHENISCIDAE

Spheniscus magellanicus - Pinguim - B

ORDEM PODICIPIFORMES

FAMÍLIA PODICIPEDIDAE

Podilymbus podiceps - *Mergulhão* - B - E

ORDEM PELICANIFORMES

FAMÍLIA SULIDAE

Sula leucogaster - *Atobá* - B - O

FAMÍLIA PHALACROCORACIDAE

Phalacrocorax olivaceus - *Biguá* - B - O

FAMÍLIA FREGATIDAE

Fregata Magnificens - *Fragata/ Tesourão* - B - O

ORDEM CICONIFORMES

FAMÍLIA ARDEIDAE

Casmerodius albus - Garça-branca-grande - B - O

Egretta thula - Garça-branca-pequena - B - O

Balbuscus ibis - Garça-vaqueira - B

XANAHI MAGIC RESORT

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA

FAMÍLIA CATHARTIDAE

Coragyps atratus – **Urubu** - B - O

Cathartes aura - Urubu-de-cabeça-vermelha - **B**

FAMÍLIA ACCIPITRIDAE

Elanoides forficatus - *Gavião-tesoura* - B - E

Rupornis magnirostris - Gavião-carijó - **B - E**

FAMÍLIA FALCONIDAE

Mivalgo chimachima – *Gavião-carrapateiro* - B - E - O

Mivalgo chimango – *Chimango* - B - E - O

ORDEM GALLIFORMES

FAMÍLIA CRACIDAE

Ortalis squamata - Aracua – **B - E**

ORDEM GRUIFORMES

FAMÍLIA RALLIDAE

Aramides saracura - Saracura-do-mato - **B - E**

Gallinula chloropus - Frango-d'água - **B - E - O**

ORDEM CHARADRIIFORMES

FAMÍLIA CHARADRIIDAE

Vanelus chilensis - *Quero-quero* - B - E - O

FAMÍLIA SCOLOPACIDAE

Gallinago gallinago - Narceja - **B - E - O**

FAMÍLIA LARIDAE

Larus dominicanus – Gaivotão - **B - E - O**

Sterna hirundinacea – Trinta-réis-de-bico-vermelho - B - E

Sterna eurygnatha - Trinta-Réis-de-bico-amarelo - **B - E - O**

ORDEM COLUMBIFORMES

FAMÍLIA COLUMBIDAE

Columba livia – *Pombo-doméstico* - B - E - O

Columba cayennensis - pomba-galega - **B - E**

Columbina talpacoti - Rolinha-roxa - **B - E - O**

Columbina picui – *Picui* - B - E - O

Leptotila verreauxi - Juriti-pupu - **B - E**

Leptotila rufaxila - Juriti-gemeadeira - **B - E**

ORDEM PSITACIFORMES

FAMÍLIA PSITACIDAE

Brotogeris tirica - Periquito-verde - **B - E**

ORDEM CUCULIFORMES